



III Legislatura
IV Sessão legislativa

Número: 87
26 de Novembro de 1987

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Manuel Goulart (substituído durante a Sessão por Hélio Pombo) e Jorge Magina (interino)

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No **Período da Ordem do Dia** foi dada continuação à **apreciação das propostas do Plano e Orçamento para 1988**.

Intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados Decq Mota (PCP), Ramos Dias (CDS), Hélio Pombo (PS), João Carlos Macedo (PS), Jorge Cabral (PSD), Carlos Mendonça (PS), Carlos César (PS), Manuel Goulart (PS), Simas Santos (PS), Manuel Serpa (PS), António Silveira (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Madruga da Costa (PSD), Adelaide Teles (PSD), José Carlos Simas (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS), bem como os Srs. Secretários Regionais dos Assuntos Sociais, Costa Neves, e do Trabalho, Manuel Arruda.

Os trabalhos terminaram às 19,50 horas.

Presidente: Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para a chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, Jorge Magina, José Carlos Simas, Madruga da Costa, Manuel Avila, Mário Castro, Mário Freitas, Manuel Melo, Manuel Valadão, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos César, Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio Sousa, Francisco Sousa,

Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Paulo Teixeira, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 41 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar já no Período da Ordem do Dia, uma vez que não há, hoje, Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos continuar a discussão, na especialidade, das **propostas do Plano e do Orçamento para 1988, no Sector da "Saúde e Segurança Social"**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais

(Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos a iniciar o último ano deste Plano de Médio Prazo e, simultaneamente, o último ano do mandato deste Governo.

É, assim, natural que eu vá tentar fazer uma retrospectiva do que foram estes 3 anos em matéria de Assuntos Sociais - portanto, Emigração, Segurança Social e Saúde - e que, de alguma forma, tente também fazer uma referência àquilo que eu considero que são os desafios que se nos põem, hoje, depois de passados estes 3 anos.

Vou fazê-lo de uma forma mais resumida em relação à Emigração e à Segurança Social e concentrar maior atenção no sector da Saúde, não porque ele seja especialmente mais interessante, mas apenas porque me tenho apercebido que durante estes últimos anos, e nomeadamente durante o ano que decorreu, as grandes discussões se têm centrado essencialmente à volta deste sector e parece-me, assim, que será importante esclarecer alguns conceitos e dizer algumas das orientações que temos seguido.

Há, no entanto, uma questão prévia que eu gostaria de colocar:

Alguns deputados da oposição - mesmo alguns órgãos da Comunicação Social têm feito eco disso - trazem-nos um pouco a informação de que este Plano, em todos os sectores, mas nomeadamente nos que estão a meu cargo, não trarão novidades.

Como é do conhecimento de todos, nós estamos no último ano do Plano de Médio Prazo; ele é a sequência lógica da acção que se tem desenvolvido nestes últimos 3 anos; temos o mesmo partido do Governo; o Governo está também no seu 3º ano de mandato, mas, apesar de tudo, penso que há novidades - não houve revolução, nem seria de esperar que com este partido a houvesse, mas há novidades.

E, se calhar, o que se pretende fazer é desviar a atenção do facto da oposição (essa sim!) não trazer novidades, pese embora a inovação de trazer alguns assessores técnicos às discussões de preparação do Plano.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Coitadinho! Está sofredor!

O Orador: Claro que há gente que não nos conhece, que vem, enfim, dizer algo da sua justiça e que nós temos que aceitar.

O Partido Socialista não quer, obviamente, os meus conselhos, mas já deixou que se lhe pusesse o dedo em cima.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não está a pôr o dedo, está a pôr a língua!

O Orador: Eu referi-me à oposição e não ao Partido Socialista, mas já que o líder parlamentar do Partido Socialista está tão preocupado com esta referência a esta inovação - que não trouxe

novidades, uma vez que é inovação sem trazer novidades - eu diria que, realmente, é um risco muito grande trazer - para comentar decisões, que são decisões muito pensadas e dialogadas com a população açoriana - especialmente técnicos, mas que da Região Açores não conhecem nada.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos César (PS): Não apoiado!

O Orador: Quanto ao sector da Emigração, eu diria - como a Comissão dos Assuntos Internacionais - que aquilo que se vai essencialmente desenvolver é um conjunto de actividades de índole marcadamente cultural e que vêm descritas no Plano.

Aquilo que se pretende é manter e reforçar os laços que unem todas as comunidades açorianas, independentemente do local onde elas estão. Isto não é fácil! Exige uma certa dose de criatividade que teremos tido em certos momentos e não teremos tido noutros, mas continuaremos a procurar tê-la, sempre dentro duma orientação de dizer "não" ao subsídio. Nós já estamos, efectivamente, em condições de apoiar, financeiramente, actividades sócio-culturais - sejam elas quais forem - nas comunidades de emigrantes.

Mas se não é fácil porque exige a tal criatividade e a tal orientação forte no sentido de não enveredarmos pela política de subsídios, também não é difícil porque, afinal, somos o mesmo povo, independentemente do local onde vivemos, e, portanto, tudo nos une.

Quanto ao sector da Segurança Social, eu diria que aquilo que se pretende, em dois traços muito gerais, é, por um lado, reforçar as actividades de apoio social. E reforçar as actividades de apoio social sempre dentro duma tônica de não sermos nós a assumir integralmente, ou sequer principalmente, a actividade nesta área; acompanharmos outras entidades públicas; acompanharmos entidades privadas; acompanharmos os próprios interessados (aí sim!) e, dessa forma e nesta filosofia, reforçar as actividades de apoio social. Vamos dar - como é natural que se venha a dar - a colaboração ao grupo de apoio comunitário em S. Miguel, assim como se continuarão a desenvolver outras actividades em todas as ilhas.

Por outro lado, continuaremos a procurar aperfeiçoar o processo de atribuição dos vários benefícios. Penso que temos obtido alguns resultados (bons resultados) que nos colocam numa boa situação, quando comparados com outras zonas do país, mas que é sempre possível melhorar.

Daf que se refira no Plano o "acelerar o pagamento de benefícios diferidos" - portanto das pensões - e se refira também "a introdução de aplicações informáticas quanto aos subsídios de doença e de desemprego".

Temos desenvolvido esta actividade, em termos de experiência piloto, em algumas ilhas. Já

o fizemos na Ilha de S. Jorge, por exemplo, e em relação ao subsídio de doença os resultados são realmente muito bons, como também o novo processo de avaliar a situação clínica de candidatos a pensões de invalidez, ou suplementos de grande invalidez, tem dado muito bons resultados e uma grande redução no tempo de espera.

Os investimentos que se vão fazer serão a continuação dos investimentos que vêm do anterior: em equipamentos colectivos para a infância, para a juventude e para os idosos e, também, em polivalentes, portanto, num programa de apoio à comunidade.

Em relação aos polivalentes e às Casas do Povo, gostaria de dizer que comungo da preocupação do Sr. Deputado Carlos César. Nota-se, efectivamente, uma certa diferença na cobertura espacial das várias zonas da Região em termos de edifícios deste género, mas isso também se deve ao simples facto de nós irmos correspondendo, normalmente, à iniciativa local. As Casas do Povo são entidades privadas; são associações que têm os seus associados, as suas direcções; há associações destas com mais iniciativa e com mais capacidade do que outras, embora pense que estamos na altura de começar a tentar compensar a incapacidade de algumas. Mas a grande riqueza deste movimento penso que é, acima de tudo, a capacidade de realização das comunidades locais e a iniciativa e o empenho dessas mesmas comunidades.

Assim, penso que qualquer governo não deve substituir-se a essa iniciativa e, quando a iniciativa existe mais forte num lado do que noutro, estar a impor que as coisas não sejam de acordo com o empenho, o interesse e a iniciativa, mas de acordo com qualquer outro tipo de critério sempre muito difícil de definir nestes casos.

Já quando o Sr. Deputado Carlos César refere que as Casas do Povo, de alguma forma, são um contra-poder local, eu percebo que ele tenha dificuldade em aceitar que, por exemplo, uma Junta de Freguesia do seu partido seja confrontada com uma Direcção de Casa do Povo doutro partido e que isso crie dificuldades. Mas são as dificuldades que o Governo também tem! Também há casos em que a Junta de Freguesia é do partido do Governo e a Direcção da Casa do Povo é de um partido da oposição, e as coisas funcionam ao contrário. Portanto, também perceberei as reservas, mas dir-lhe-ia que, nesse aspecto, acabamos por navegar nas mesmas águas.

Quando as Casas do Povo não tiverem dimensão suficiente, não tiverem dinâmica suficiente, não tiverem sequer a capacidade para fazerem as suas próprias eleições, não tiverem suficiente número de associados para organizarem uma lista de direcção, penso que, nesse caso, o que se deve fazer é extinguir a Casa do Povo e, efecti-

vamente, entregar a administração do edifício polivalente à Junta de Freguesia, ou a outra associação local que tenha vida, tipo sociedade filarmónica, etc..

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Nunca tinha sido dito isso! É a primeira vez!

O Orador: Quanto à questão do orçamento da Segurança Social, que é uma questão que eu também vi aqui referida pelo Sr. Deputado Decq Mota, penso que estaremos todos, por um lado, a aprender, mas, por outro lado, ainda confrontados com algumas dificuldades que decorrem das experiências novas ou da nova regulamentação sobre essa matéria.

O orçamento da Segurança Social da Região faz parte do orçamento integral - o orçamento único, digamos assim, ou unificado da Segurança Social - que aparece anexo ao "Orçamento Geral do Estado" e, depois, aparece como área reservada aos Açores no "Orçamento e Execução Orçamental do Governo da República".

Esse procedimento não estará muito correcto, mas o que é certo é que provoca algumas dependências em termos de decisão, e neste momento em que ainda não está minimamente discutido o orçamento da Segurança Social - ou pelo menos assente o orçamento da Segurança Social para 88 - com os organismos que são responsáveis por esse orçamento a nível central ou a nível da República, nós teríamos uma grande dificuldade em apresentar algo à aprovação da Assembleia que não pudesse estar sujeito a modificações, no futuro, feitas na própria Assembleia da República ou mesmo pelo Governo. Penso que há que aperfeiçoar este processo, há que pensarmos todos nele, mas gostava de deixar aqui esta preocupação.

Quanto a dívidas à Segurança Social, é uma área onde nós não temos especiais dificuldades. A dívida à Segurança Social, nesta Região, é de cerca de 800 mil contos. Esses 800 mil contos distribuem-se por cerca de 3.000 contribuintes, a maior parte destas dívidas são dívidas pequenas, e gostaria de realçar que este montante se mantém fixo desde 1984.

É claro que isto nos tem trazido alguns problemas, principalmente uma actuação muito em cima do acontecimento. Por exemplo, estas dívidas que vos referi estão todas em execução fiscal. A situação é bastante melhor que a da Continente, nomeadamente a avaliar por notícias que também recentemente apareceram na imprensa em relação, por exemplo, a dívidas no distrito de Lisboa.

Quanto à Saúde - e disse-vos logo de início que tinha decidido concentrar aqui a maior atenção - penso que é exactamente aqui que nós precisamos mais de clarificar conceitos, fazer uma análise retrospectiva à acção do Governo e, depois, necessariamente e com algum seguimento lógico, procurar dizer-vos quais são as dificuldades que eu sinto serem as maiores neste momento

e quais os projectos que temos para o futuro.

E começaria pela clarificação de conceitos porque eu tenho a sensação de que à volta do sector da saúde, em termos doutrinários, nós conseguimos, na Região e nesta Assembleia, ter uma certa identidade de pressupostos. Penso, no entanto, que nem sempre quando falamos em algumas realidades do sector da saúde, estamos a falar nas mesmas coisas. E gostaria aqui de deixar quais têm sido as linhas e os conceitos gerais de entendimento deste Governo.

Em primeiro lugar, houve que fazer uma definição da política global a seguir no sector da saúde: - Essencialmente privado? Essencialmente público? O que fazer?

O trabalho nesta área está facilitado, ou nem sequer precisa ser feito, porque nós temos uma condicionante muito forte: a Constituição da República define a existência de um serviço de saúde oficial, universal, gratuito, com todas as implicações que isso traz, e, portanto, é isso que nós temos tentado construir na Região - um serviço Regional de Saúde, universal e gratuito, com resposta em todas as vertentes possíveis, e assumindo o Estado, integralmente, os seus custos.

Em termos de organização, temos seguido a organização que nos aparece proposta e fortemente defendida pela Organização Mundial de Saúde, ou seja, criar uma área de prestação de cuidados primários, e é assim que nós nos encaminhamos para a solução de ter um Centro de Saúde por concelho. Alguns dos problemas que às vezes se levantam a estas opções de um Centro de Saúde por concelho, penso que não são questões essencialmente à volta do sector da saúde mas, sim, à volta, por exemplo, da divisão administrativa da Região - mas que têm que ser debatidos noutros âmbitos - e temos, depois, três hospitais na Região.

Estes três hospitais, como sabem, são sediados em Angra, Horta e Ponta Delgada e são apoiados - quer os Centros de Saúde, quer as Escolas de Enfermagem - por duas Escolas de Enfermagem que formam o pessoal de Enfermagem - actividade profissional fundamental no sector da Saúde e que está na base desse mesmo sector.

Publicámos a regulamentação necessária para que assim fosse e, portanto, nestes termos da organização no sector da saúde, a política está também definida. A orientação que nós seguimos, o que nos norteou, as opções que tomámos e o que tivemos em conta, está ligado àquilo que acabei de vos dizer.

Há aqui, no entanto, aspectos que precisam ser aprofundados. E começemos pelos conceitos.

Quando se fala em cuidados primários ou cuidados diferenciados, podemos todos estar a chamar o mesmo nome a coisas completamente diferentes.

Eu tenho-me apercebido que aqui, às vezes, na Assembleia Regional, isso acontece. E não acontece por acaso, porque a definição destes próprios conceitos varia muito de país para país, assim como a prática, em relação a estes conceitos, também varia de país para país.

Há várias tentativas para definição:

A primeira, que assenta ou que tem base no tipo de problema da saúde que visa resolver. O cuidado é primário ou é diferenciado conforme o tipo de problema de saúde que se quer resolver, e então temos as questões ou os problemas de saúde triviais para um lado e os complicados para o outro. Esta mesma corrente, ou esta mesma linha, leva a que, muitas vezes, se chame ao cuidado primário de saúde, "cuidado essencial de saúde". Portanto, o que está aqui em causa é o tipo de problema de saúde que se quer resolver.

Mas também pode ser definido com base no tipo de prestadores, ou seja, quem presta o cuidado. Assim, se são clínicos gerais da comunidade a prestar esse cuidado, nós temos "cuidados primários de saúde"; se são médicos hospitalares a prestar o cuidado, nós temos um "cuidado diferenciado" ou um "cuidado hospitalar". Também se pode definir com base no serviço que presta o cuidado: se é o Centro de Saúde que presta esse cuidado, temos um "cuidado primário de saúde"; se é o hospitalar que presta o cuidado, temos um "cuidado diferenciado de saúde".

Na "Declaração de Alma-Ata", que faz a primeira abordagem decisiva e sistemática a esta questão dos cuidados primários e diferenciados de saúde e à organização no sector da saúde com base nos Centros de Saúde nos cuidados primários, o que é dito é que, com o Centro de Saúde, se pretende tornar o cuidado essencial de saúde acessível a todos os indivíduos (a todas as famílias), por meios por eles aceitáveis, assegurando o respectivo envolvimento, e assegurando também o envolvimento da comunidade, e a um custo que, quer essa comunidade, quer o País, possam suportar. Este conceito é muito rico, mas é talvez pouco preciso como definição. É essencialmente uma ideia ou um conjunto de ideias.

Dá que eu propusesse que nós tentássemos decompor esta ideia.

Penso que, desta definição, podemos concluir que um Centro de Saúde ou os cuidados primários que aí são prestados são **um conjunto de actividades**, por um lado; são **um determinado nível de prestação de cuidados**, por outro; são **uma estratégia para organizar os serviços de saúde**, e são **uma filosofia**, ou seja, um conjunto de ideias que enforma tudo isto.

Analisando em pormenor cada uma destas alíneas, eu dir-vos-ia que um conjunto de actividades é talvez aquilo que mais terra a terra nós temos

nesta definição. E quais?

- Cuidados materno-infantis;
- Esquemas de vacinação;
- Prevenção e controle de doenças endémicas;
- Tratamento básico de problemas de saúde de toda a população;
- Preocupações, em conjunto com outras entidades, com aspectos como a água e o saneamento básico;
- Preocupações com questões de nutrição;
- Uma incidência muito grande na actividade do Centro de Saúde, virada para a educação para a saúde.

Portanto, em termos de conjunto de actividades, serão estas as actividades que um Centro de Saúde deverá desenvolver. Penso que isso é simples, é concreto, é terra a terra.

- Mas desde que assegurados estes cuidados poder-se-á dizer que estamos perante os Centros de Saúde e perante um sistema organizado assente nos cuidados primários de saúde? Penso que não. Penso que também é preciso considerar os outros parâmetros e, portanto, é também um nível de cuidados. Será o segmento dos serviços de saúde que a população contacta em primeiro lugar.

Mas ainda isso não chega ou, pelo menos, leva a outras conclusões, leva a outras incidências, leva a outras opções, e então temos que é "uma estratégia para organizar serviços". Se é "uma estratégia para organizar serviços" e dados os dois pressupostos anteriores, esses serviços não podem deixar de ser:

- **Acessíveis** - se são o primeiro segmento que a população contacta;

- **Relevantes para as necessidades de saúde da população** - não podem, portanto, ir ao descontro daquilo que são as efectivas necessidades da população;

- **Integrados funcionalmente** - a pessoa tem que se dirigir a uma determinada unidade de saúde e ter uma abordagem compreensiva ao seu problema de saúde e não uma organização por valências (materno-infantil para um lado, idosos para outro, população activa para outro e aqui temos a tal filosofia do médico de família);

- **Ter uma relação razoável entre o custo e a eficácia;**

- **Ter uma colaboração inter-sectorial** - nomeadamente em relação àqueles aspectos da nutrição, do saneamento básico, das águas, das condições de habitação, etc..

Esta opção de estratégia para organizar serviços, tem que ter, na sua base, uma opção política também: uma opção de uma distribuição equilibrada de recursos. Eu não posso pretender assentar a organização dos serviços de saúde, ou do sector da saúde nestes parâmetros e, ao mesmo tempo, continuar a colocar exclusivamente pessoal,

recursos financeiros, equipamentos e instalações nas unidades hospitalares. Há que tirar, também, as naturais consequências disso.

A componente mais importante para que nós possamos estar perante um Centro de Saúde, será talvez, afinal, **uma filosofia**. Uma filosofia que implique um tratamento equitativo de toda a população e que implique o envolvimento da própria população - o tal conceito de auto-responsabilidade.

É com base nestes conceitos que nós elaborámos um regulamento dos Centros de Saúde, e é com base nestes conceitos que nós gostaríamos de ter os Centros de Saúde a funcionar em pleno. Estes conceitos estão presentes em todas as decisões que temos tomado em relação a pessoal, em relação a financiamento, em relação a equipamentos e em relação a instalações.

É claro que temos estrangulamentos. E gostaria de vos deixar aqui alguns.

Em primeiro lugar, temos estrangulamentos com incidência política - os Srs. Deputados, eu próprio, Governo e a Assembleia Regional teremos problemas em incentivar e a fazer funcionar um sistema como este. E isto porque os cuidados de saúde primários têm tradicionalmente menos prestígio que os cuidados de saúde hospitalares. Há quem diga, inclusivamente, que os serviços baseados em cuidados de saúde primários são, afinal, "cuidados pobres para gente pobre", e, portanto, há uma certa dificuldade política em abordar esta questão.

Essa situação fica muito clara na abordagem que os próprios órgãos de comunicação social fazem deste tipo de questões, ou seja, é muito mais fácil ver na primeira página de um jornal, de qualquer uma das nossas ilhas, uma referência à construção do novo Hospital de Ponta Delgada ou à aquisição de equipamento para os Hospitais de Angra, Horta ou Ponta Delgada, do que ver que foi lançado um novo programa de vacinação. E isto porque à volta dos hospitais há lobbies de pressão e há lobbies fortes formados, nomeadamente, por médicos - e isso verifica-se muito concreta e claramente na Ilha de S. Miguel-;

depois porque um programa de vacinação não pode ser fotografado e, conseqüentemente, não dá imagem e é difícil ser tratado.

Talvez seja por isso que, qualquer notícia de uma "obrazita" no banco de urgência de um determinado hospital, merece honras de primeira página, mas um novo programa de vacinação nos Açores, universal e gratuito para toda a população açoriana, não merece uma única notícia nos jornais. E não foi porque a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais não a tivesse distribuído, porque distribuiu-a tal e qual como distribuiu as outras!

As primeiras dificuldades que nós temos quando

pretendemos implementar ou incentivar a institucionalização de um sistema como este, são deste género. Depois, temos as atitudes. Temos, desde logo, as atitudes dos profissionais. A tradição educacional dos profissionais de saúde neste país e o tipo de educação ministrada, são no sentido da resposta hospitalar, e não no sentido da resposta na comunidade, e a pós-graduação que se faz com esses profissionais - para os médicos e para os enfermeiros - mesmo quando é pós-graduação para profissionais que trabalham na comunidade, que trabalham nas várias ilhas, que trabalham nos Centros de Saúde, é feita por profissionais dos hospitais e nos hospitais, portanto, nos locais errados e por profissionais errados. Além disso, os profissionais têm muito mais satisfação emocional, intelectual e material trabalhando nos hospitais do que trabalhando nos Centros de Saúde.

Depois, há atitudes também do próprio público, que olha com suspeita para esta questão dos cuidados de saúde primários e para os Centros de Saúde.

E porquê? Porque lhe foi alimentado o gosto por uma tecnologia sofisticada: gosta de ver grandes equipamentos; não há uma consulta de jeito sem que tenha meia dúzia de análises e 20 radiografias, um electrocardiograma e, futuramente, e em breve, uma tomografia computadorizada; o que é luzidio e tem muitos alunos é importante; toda uma certa encenação que a nível hospitalar se faz é importante, e todos nós, certamente, fomos preparados para receber melhor os hospitais e o cuidado hospitalar que a actividade dos Centros de Saúde.

Claro que também nisto os profissionais ajudam, porque vão criando muito a ideia de que "alta qualidade" só há nos hospitais e só com especialistas ou só com aqueles que trabalham nos hospitais.

Estes são os estrangulamentos! Aquilo que nós defendemos foi o que vos disse no princípio. Penso que estamos na linha correcta; essa linha correcta tem sido reconhecida a vários níveis; temos que trilhar este caminho; vamos por aproximações sucessivas, penso que não devemos perder a nossa força e a nossa convicção pelas dificuldades que existem...e vamos continuar!

É óbvio que qualquer política, seja ela qual for, não se faz sem meios.

- E o que é que se tem passado a nível de meios? A nível de meios eu distinguiria o pessoal, meios financeiros, equipamento e instalações.

Em termos de pessoal, em 1975 (há 12 anos), nós tínhamos nesta Região 80 médicos; neste momento nós temos 320 médicos;

Tínhamos nessa data 160 enfermeiros e em 1987 temos 600;

Tínhamos 30 Técnicos de Diagnóstico e Terapêu-

tica e, neste momento, temos 120.

É claro que eles não caíram do céu! Eu faço referência a eles porque isto é importante.

- Não estão bem utilizados? Nem todos estarão.

- Não fazem tudo o que podem? Nem todos farão.

- Estão muito divididos entre a pública e a privada? Também é verdade.

- Não se aproveita o dinheiro todo que se gastou? É verdade.

- Não se aproveita integralmente o equipamento que se adquiriu? É verdade.

Não pode, porém, deixar de ter significado o facto de termos passado de 80 para 320 médicos; de 120 enfermeiros para 600 enfermeiros; de 30 técnicos auxiliares para 120 técnicos auxiliares.

- E porquê? Acima de tudo porque isto resultou da política seguida por este Governo e aprovada por esta Assembleia Regional, porque fomos nós que formámos este pessoal. Este pessoal não caiu do céu nem resultou de circunstâncias conjunturais! Este pessoal vem chegando à Região, gota a gota, em função da política de formação deste Governo, avalizada pela Assembleia Regional.

Por exemplo, em relação à enfermagem geral, nestes últimos 6 anos (desde 81) acabaram o seu curso 230 novos enfermeiros nas Escolas de Enfermagem da Região Autónoma dos Açores;

Em termos de Técnicos-Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica - que há alguns anos pura e simplesmente não existiam na Região - nós formámos 1 em 83; 39 em 84; 24 em 85;

Em termos de Técnicos-Auxiliares Sanitários em 83, 84, 85 e 86, formámos 26 técnicos sanitários;

Em termos de médicos especialistas para trabalharem nos nossos hospitais temos, neste momento, 65 bolseiros fazendo as suas especialidades: 8 acabam em 87; 14 acabam em 88; 17 acabam em 89; 12 acabam em 90; 12 acabam em 91 e 2 acabam em 92 - entretanto, fora deste esquema das bolsas, continuarão a chegar os médicos especialistas formados pelos sistemas normais e pelos sistemas habituais;

Em termos de especialização de profissionais de enfermagem, nós especializámos no Continente - ainda antes da Escola de Enfermagem de Ponta Delgada proceder à especialização de enfermeiros - 16 enfermeiros em 83; 16 em 84; 18 em 85; 15 em 86, 12 em 87.

Gostaria aqui de distinguir o sacrifício que foi pedido a estes profissionais. São profissionais que têm um determinado número de anos de carreira e, para poderem fazer a especialização, tiveram que se deslocar para o Continente. Têm normalmente família, têm, portanto, uma série de ligações aos Açores que tiveram que temporariamente ser quebradas para que essa

especialização fosse possível. E já que falo nisso, gostaria também de dizer que os enfermeiros têm em mim - e penso que deveriam ter também nesta Assembleia - um fiel defensor do reconhecimento da sua dignidade profissional e, mais do que isso, a sua integração no sistema nacional da educação ou do ensino. Os enfermeiros, neste momento, não têm equiparação a qualquer grau técnico, técnico-profissional ou universitário do sistema nacional de ensino. Penso que esta situação não se deverá ou não se poderá manter.

Entretanto, em 1986 começaram-se a formar enfermeiros especialistas também nos Açores - na Escola de Enfermagem de Ponta Delgada tivemos em 86 19 alunos e temos 17 em 87.

Esta formação de pessoal foi acompanhada por investimentos em equipamento e em instalações, porque aquilo que nós encontramos, quando começámos a nossa acção, foi dizerem-nos que as coisas não se faziam porque não havia meios - e efectivamente não havia: não havia pessoal, não havia equipamentos, não havia instalações em nenhuma das nossas ilhas. Fizeram-se, portanto, fortes investimentos no sector da saúde.

Em 1981 investiram-se, neste sector, 269 mil contos; em 1986 investiu-se 1 milhão e 360 mil contos. Há um crescimento médio anual de 38.3% de investimentos no sector da Saúde. A relação entre as despesas de capital neste sector e as despesas correntes, era de 14,6% em 81 e é de 22% em 87. A do Continente é de 4%. Penso que estão perfeitamente comprovados os grandes investimentos em equipamento e em instalações feitos no sector da Saúde.

Mas para pôr tudo isto a funcionar, são necessárias verbas para o financiamento deste mesmo sector. E a este nível, nós, em 1975 dispunhamos de 384 mil contos; em 81 dispusemos de 1 milhão e 500 mil contos; em 86 dispusemos de 5 milhões e 40 mil contos para o sector da Saúde. Cresceu-se a uma média anual, entre 75 e 86, de 26,4% - abaixo do nível de crescimento do investimento, e penso que essa opção é importante, mas, de qualquer forma, largamente acima do nível da inflação.

Nesta despesa de exploração assumem especial importância as despesas com pessoal, mas tendo conseguido, ao longo dos anos, diminuir a componente pessoal, ou seja, entre 1981 e 1986 gastávamos cerca de 30% com o pessoal quando em 75/81 era de 34%.

Há despesas no sector da Saúde que eu gostaria de sensibilizar os Srs. Deputados para elas. As componentes essenciais das despesas no sector da Saúde são: com pessoal, com farmácias, - com medicamentos, portanto -, com deslocação de doentes e com consumos.

Com medicamentos e com deslocação de doentes, a Região gasta 25% do seu orçamento do sector

da Saúde - gastou em 85, nestas duas áreas, qualquer coisa como 1 milhão e 200 mil contos.

O aumento do custo dos medicamentos começa a ser qualquer coisa de incomportável. Apesar de tudo, nós estamos, na Região, numa situação mais favorável do que a do Continente: o Continente está a gastar em média 22,7 do orçamento global da saúde com medicamentos; nós estamos a gastar 16,7%.

Penso que isto tem alguma coisa a ver com a sensibilidade dos nossos profissionais, com o esquema de receituário que nós introduzimos - e que penso que teve grande sucesso - mas creio que, de qualquer forma, este tipo de despesas tem que ser limitado.

Repare-se que nós aqui estamos na mão de algo que nos é completamente estranho porque, muitas vezes, fala-se em controlar as despesas de saúde, e eu estarei na posição cómoda, por um lado, de dizer que nem eu nem ninguém as consegue controlar - pelo menos directamente -, mas também estou na posição incómoda de ser o maior gastador, ou um dos maiores gastadores, do Orçamento Regional e ser confrontado com a dificuldade de reduzir custos. E sou confrontado com a dificuldade de reduzir custos porque o preço médio por unidade de medicamentos em Portugal, nos últimos 5 anos, aumentou 110%. Ora, 63% do aumento dos custos dos medicamentos, não são velhos medicamentos que aumentam de custo mas, sim, novos medicamentos com nomes diferentes, mas bastante semelhantes aos anteriores, que entram no mercado.

Esta referência a toda esta questão é porque, quando nós gastamos 1 milhão de contos em medicamentos, devemos todos interrogar-nos acerca de quais são - não saindo sequer do sector da Saúde - os cuidados que nós estamos a sacrificar quando encaminhamos para os medicamentos 1 milhão de contos. O que está em causa não será só o facto de gastarmos milhões no sector da Saúde mas, sim, o sabermos como é que eles se gastam; quais são as opções que nós somos obrigados a fazer, e, afinal, que outros cuidados de saúde poderiam ser prestados se nós pudessemos deslocar algumas destas verbas para esses cuidados de saúde.

Isso tem muito a ver, por exemplo, com as opções em relação ao apoio a dar à deslocação de doentes inter-ilhas e o continente. Nós gastamos, neste momento, com essa parcela, 300 mil contos - com passagens e com as diárias de deslocação.

A questão que se põe não é a de se se pode ou não aumentar essas diárias, mas, sim, se a percentagem atribuída a essa despesa pode ou deve aumentar, ou não pode nem deve aumentar, e se decidirmos que deve aumentar - e a Região embora controladamente tem-na aumentado - também

temos que discutir se se deve aumentar nas deslocações inter-ilhas ou nas deslocações para o Continente. A nossa opção tem sido aumentá-las nas deslocações inter-ilhas, e parece-me que também é perfeitamente razoável defender esta posição.

Quando nós iniciámos a actividade e tomámos algumas medidas em relação a esta questão, as diárias de deslocação inter-ilhas eram de 150\$00 (não foi há muito tempo; foi há dois anos) e as diárias de deslocação para o Continente eram de 600\$00. É insuficiente? Obviamente que é. Mas a nossa opção foi quintuplicar o subsídio para a deslocação inter-ilhas e aumentar menos (apenas 50%) as deslocações para o Continente.

É certo que nos órgãos de Comunicação Social não aparece muito fortemente a defesa desta posição de privilegiar a deslocação inter-ilhas. Mas também se percebe porquê. É porque onde há órgãos de Comunicação Social diários, quer em Ponta Delgada, quer em Angra, quer na Horta, o que é importante são as deslocações para o Continente, e as outras ilhas, para quem é importante a diária de deslocação inter-ilhas, não têm jornais diários, não têm RDP, nem têm RTP.

Penso, porém, que, olhando mais atentamente para esta posição e para esta política, não podemos deixar de defender um mais forte aumento nas diárias de deslocação inter-ilhas. E se a diária de deslocação inter-ilhas, aumentada recentemente pelo Governo (está na ordem dos 1.000\$00) é pouco, gostaria de vos dizer que no Continente, ainda, neste momento, é de 150\$00, e quem vai de Bragança para o Porto também tem que pagar uma pensão e alimentação no Porto.

Além disso, nós não pagamos só as diárias nas deslocações inter-ilhas - não pretendemos pagar exclusivamente essas deslocações - mas pagamos, também os transportes e os subsídios de doença. E, em relação aos subsídios de doença, gostava de deixar aqui aos Srs. Deputados o seguinte alerta: nós, em 1986, pagámos 800 mil dias de subsídios de doença!!!

Eu não vou dizer que os médicos, os profissionais, o Governo, os Deputados, ou quem quer que seja, tenha a culpa! Mas, 800 mil dias de doença, nesta Região, com a população activa que nós temos, são necessariamente muitos dias de doença subsidiados, e despendemos com isto 400 mil contos.

A evolução da despesa no sector da Saúde tem-se feito essencialmente, mais fortemente, nos Centros de Saúde.

Entre 75 e 85, o crescimento médio anual de subsídios aos Centros de Saúde aumentou 40%, contra 30% nos hospitais, contra 19% nos Médico-Sociais - porque são para extinguir - e contra 30% nas Escolas de Enfermagem. Portanto, quando eu defendia há pouco que aquilo que tinha que

ser incentivado era uma política de saúde que privilegiasse os cuidados primários de saúde, estávamos a dar conteúdo orçamental, e em termos de despesas, a essa decisão: onde nós aumentámos mais as nossas despesas foi, efectivamente, à volta dos Centros de Saúde, para termos os Centros de Saúde a funcionar tão bem quanto possível.

Mas não interessa ter os meios se não tivermos resultados. E eu acabei por admitir há pouco que alguns dos resultados poderiam ser bastante melhores do que são, mas também não são tão maus como às vezes se pretende apontar.

Se nós olharmos também para os números, em 1975 tínhamos 9 650 doentes saídos dos hospitais e em 1985 tivemos 18 mil;

Em 1975 nós tivemos 10 mil consultas nos hospitais e em 1985 tivemos 40 mil;

Tivemos 20 mil consultas nos Centros de Saúde em 75 e tivemos 70 mil em 85 - há aqui uma clara evolução;

Tivemos nos hospitais 90 mil dias de internamento em 1975 e tivemos 163 mil dias em 85. Simultaneamente e logicamente, isto também se verifica nos indicadores de eficiência dessas unidades hospitalares.

A taxa de ocupação média dos hospitais aumentou de 31,4% para 67,2% e esses 67,2% são ainda baixos e não permitem que algumas unidades de saúde - talvez dos tais lobbies que vos referi há pouco - continuem a reivindicar aumentos de camas, porque os nossos hospitais têm problemas, mas esses problemas não são de déficits de camas.

A demora média nos hospitais baixou de 9,5 dias em 75 para 8,9 em 85:

Os doentes tratados por cama foram 13,2 em 75 e 27,5 em 1985 - duplicou portanto;

A mortalidade infantil em 75 era de 46,2%, em 85 foi de 22,8% e em 86 de 20,4%. Ainda é uma mortalidade infantil alta, mas reduziu-se para menos de metade - a proporção entre 75 e 86 é de menos de metade - mas porque ainda é um pouco alta, principalmente na fase perinatal, ou seja à volta do nascimento, nós estamos a desenvolver um programa intitulado "NAS CER COM SEGURANÇA VIVER COM ALEGRIA" que pretende combater as razões para esta mortalidade - nomeadamente a perinatal ainda alta.

Em 1975 nasceram, nas nossas maternidades 1.328 crianças e em 1984 nasceram 2.500. Neste momento, com outros números que temos, sabemos que praticamente todos os partos, na Região Autónoma dos Açores, são assistidos;

Tivemos 2.400 intervenções cirúrgicas em 75 e tivemos 9.000 em 85;

Em termos de consultas para crianças, tivemos 8 mil em 75 e 40 mil em 85 - quintuplicou;

Em termos de consultas para futuras mães

ou para mães, tivemos 5.500 em 75 e 14 mil em 85;

Em termos de vacinas, deram-se 8.500 vacinas em 75 e deram-se 72 mil em 1986;

Em termos de radiografias, tiraram-se 1.802 radiografias em 75 e 25 mil em 86;

Em termos de análises nos Centros de Saúde, fizeram-se 1.600 em 75 e fizeram-se 119 mil em 1986.

Recentemente, num encontro em Aveiro acerca dos cuidados primários de saúde e pretendendo-se fazer um balanço de actividades, era-nos apontado, como zona piloto no País, o distrito de Beja, onde todos os Centros de Saúde dispunham já de equipamento de Raios X e que, só assim, era possível um clínico geral trabalhar em termos correctos.

Nós temos equipamento de Raios X, nos vários Centros de Saúde desta Região Autónoma, desde os princípios da década de 80. No Continente é, neste momento, uma experiência piloto no distrito de Beja.

Nós temos, a par disso, meios complementares de diagnóstico nos hospitais, onde se fizeram 31 mil radiografias em 85 e 88 mil em 86.

Vou deixar estes números. Tinha muitos mais, mas o tempo vai ficando curto.

Assim, faria a seguinte pergunta:

- Estamos satisfeitos com esta situação? Podem-me atribuir uma certa dose de imodéstia, mas vou dizer-vos que estou satisfeito com esta situação e com esta resposta.

- Isto quer dizer que está tudo feito? Não. Não quer dizer que está tudo feito; quer dizer que há muito para fazer e, portanto, não estamos ainda naquela situação que a Deputada Gabriela Silva referia há pouco de "fazer birras porque já temos tudo". Ainda podemos ter projectos, porque temos muitas coisas para fazer, mas estamos satisfeitos com o que conseguimos fazer até agora, e sabemos que a vida não acaba hoje nem acaba amanhã!

Nós temos, agora, um conjunto de desafios a que temos que corresponder. Por um lado, penso que temos que sedimentar a aplicação desta filosofia de organização dos serviços de saúde com base nos cuidados primários de saúde, com base nos Centros de Saúde, com base nos hospitais;

Temos que ter os profissionais cada vez mais envolvidos neste processo porque, sem eles, nós não conseguimos andar para a frente;

Temos que ter a opinião pública mais esclarecida;

Temos que ter maior apoio dos órgãos de Comunicação Social para levar determinado tipo de conceitos às pessoas;

Temos que publicar o regulamento dos hospitais, mudando o tipo de gestão que nós temos, que é claramente uma gestão corporativa - não é

cooperativa mas sim corporativa - e temos que mudar este estado de coisas;

Temos que publicar os quadros de pessoal dos Centros de Saúde;

Temos, enfim, que sedimentar toda esta situação, como temos que continuar com os investimentos em instalações, em equipamento, na formação de pessoal.

O Plano refere esses investimentos - e não vou repeti-los - mas há, efectivamente, ainda, grandes investimentos para fazer, nomeadamente o do Hospital de Ponta Delgada e outros, mas eu não referiria nenhum em especial.

É preciso modificar as carreiras médicas, porque as carreiras médicas, tal como estão, não servem, nem os profissionais, nem a administração. Mas isso é uma coisa com o Governo (agora não se pode dizer da República) mas com o Governo de lá... com o Governo do Continente... com o Governo que não é o Governo Regional.

Nós temos que tirar mais rendimento daquilo que temos. Nós temos grandes condições, já, nesta Região, para fazer um melhor trabalho do que o que temos feito, e temos que tirar esse rendimento, como precisamos, ou como esse maior rendimento passa por uma maior colaboração entre os vários profissionais do sector da saúde. Fala-se muito em equipas multidisciplinares no sector da saúde, mas pratica-se muito pouco. Nós continuamos a ver os médicos virados para um lado, os enfermeiros virados para o outro, os técnicos auxiliares virados para outro. É preciso que a equipa de saúde seja, efectivamente, uma equipa de saúde, assim como os directores de serviços hospitalares têm que se assumir e têm que dar o exemplo, para os colegas, daquilo que se deve fazer e não o exemplo, aos colegas, daquilo que não se deve fazer: devem dar o exemplo de que se se entra às 8 é para sair às 2, e não é entrar às 9 para sair às 11,30. Nesta área é preciso, também, que as coisas funcionem doutra maneira.

Simultaneamente, é preciso articular melhor os Centros de Saúde com os hospitais, os cuidados primários de saúde com os cuidados hospitalares. Como está, também reconheço que não está bem.

O clínico geral queixa-se do hospital, dizendo que não recebe qualquer apoio dos hospitais, nem recebe informação de retorno, ou então ainda diz pior: diz que, quando manda um doente seu a um médico da carreira hospitalar, "nunca mais o vê" porque, entretanto, o médico da carreira hospitalar encaminha esse doente do sector público para o sector privado e passa a ser o médico assistente desse doente. O médico de clínica geral, quando faz este tipo de queixa, tem razão!

O médico hospitalar diz que, normalmente, o utente não traz qualquer informação do Centro de Saúde - ou traz muito pouca informação desse

Centro - e não traz os exames complementares de diagnóstico feitos. Quando diz isto, o médico hospitalar também tem razão!

Os administradores queixam-se dos grandes custos que são impostos ao funcionamento das suas unidades de saúde e tentam transferi-los, quer para a privada, quer para os Centros de Saúde. Quando se queixam dos grandes custos que os hospitais têm - e alguns deles seriam dispensáveis - os administradores hospitalares também têm razão!

O público queixa-se de andar de Herodes para Pilatos - e também anda muitas vezes de Pilatos para Herodes. Quando se queixa, também tem razão!

- Então, o que fazer para articular melhor os Centros de Saúde e os hospitais?

Tenho ouvido defender que o que é preciso fazer é o regulamento, regulamento esse que diga em que condições é que um doente vai do Centro de Saúde para os hospitais.

Eu não acredito que qualquer tipo de regulamento resolva esta situação! Tem que haver é um relacionamento institucional mais profundo: se o Centro de Saúde das Velas se relaciona essencialmente com o Hospital de Angra, façam reuniões conjuntas, encontrem-se, têm ambos personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, são administração indirecta do Estado, têm o seu próprio orçamento e têm competência para definirem as formas de articulação.

Da mesma forma, o profissional A do Centro de Saúde tal pode reunir-se como o profissional B do hospital tal, e podem encontrar plataformas de entendimento.

Não vai, com certeza, haver nenhum regulamento a definir como é que se faz a ligação entre os profissionais; não vamos estabelecer mais impressos e mais inquéritos e mais burocracia para definir esta articulação. Penso que as pessoas têm que se entender: a relação tem que ser serviço a serviço, instituição a instituição, profissional a profissional.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também gostaria de dizer acerca disto que, em relação aos meios financeiros, como disse há pouco, há razões para preocupação. Urge fazer uma mudança no que se está a verificar neste momento. Nós, até este momento, não tivemos falta de dinheiro para cumprir as nossas obrigações no sector da Saúde. Nunca se deixou de desenvolver qualquer tipo de actividade, ou de dar qualquer tipo de resposta, por não estar dotado o orçamento do sector da Saúde - e ele aumentou em média aquilo que eu vos referi há bocadinho. Só que eu estou convencido - e deixo-vos esta informação como Secretário Regional dos Assuntos Sociais - de que a Região não aguenta o crescimento de despesas que se tem verificado no sector da saúde, assim como o país também

não aguenta o crescimento de despesas que se tem verificado nesse mesmo sector.

- O que é que há a mudar? Temos que pensar todos. Eu penso que, tal como está, a Constituição da República precisa de sofrer uma mudança: o princípio da gratuitidade tem que ser expresso doutra maneira; não pode haver uma gratuitidade absoluta!

Os países desenvolvidos já há muito tiraram a conclusão de que é impossível garantir cuidados de saúde gratuitos. Nenhum país é suficientemente rico para **oferecer** a todos os cidadãos tudo o que a moderna medicina oferece.

Eu defendo um serviço de saúde público - um Serviço Regional de Saúde ou um Serviço Nacional de Saúde -, defendo que esse serviço de saúde seja universal; que haja equidade nesse serviço; que os cuidados primários de saúde sejam gratuitos, mas que os cuidados hospitalares sejam pagos. E quando estou a defender isto, nem sequer estou a defender que sejam directamente pagos pelos utentes: defendo, por exemplo, uma actividade das companhias seguradoras da actividade exploradora nessa área, porque isso tem, de alguma forma, que ser pago.

Ninguém aguenta este balanço! E estou na posição cómoda de Secretário Regional dos Assuntos Sociais de dizer: "Se não me derem dinheiro, as coisas não funcionam!". Mas estou convencido de que, nem o país, nem a Região, aguentam o aumento de despesas que se tem verificado no sector da saúde. Para isto, tem que haver uma alteração da Constituição porque, nesta área da saúde, como em tantas áreas, nós pagamos mas, parte das opções, não tomamos...

Outra questão que nós precisamos de resolver nestes próximos anos e da qual depende a eficiência do sector público, a eficiência da resposta nos serviços de saúde, é o conflito entre o público e o privado.

Em Portugal há uma divisão tácita em dois mercados: - a hospitalização e os cuidados médicos de base são feitos no sector público;

- as consultas de especialidade são feitas no sector privado.

Tudo isto estaria muito bem - até seria bom que houvesse uma divisão tácita deste nível - só que há um agente comum, ou seja, o médico que está no público e está no privado - de manhã está no sector público; de tarde é "empresário em nome individual".

Não há qualquer regra de interdependência entre a oferta e a procura porque, no sector da saúde, o médico pode induzir a procura; pode sempre dizer ao utente "o Sr. volte cá para a semana que vem" e pode limitar a oferta. Portanto, no sector da saúde, não é verdade que a uma maior procura, se nós correspondermos com

uma maior oferta, os problemas se resolvem, porque na mão desse agente está sempre o "cordelinho" da oferta e o "cordelinho" da procura. O médico (ou a classe) pode sempre dizer: "Se nós quisermos, o sector público baixa da produção" - e baixa mesmo, se os médicos quiserem.

Os utentes e os prestadores circulam livremente do público para o privado e, portanto, acaba por estar no privado tudo o que é fácil de se fazer e no público o que é pesado, o que é caro, afinal, um fenómeno que tem sido classificado por alguns como a "desnatação" do sector público: o que é a nata está no privado; o que são os soros e os restos estão no sector público.

A única solução, para mim, é "independentizar" estes dois sectores - o público do privado - pelo seguinte pressuposto:

Eu não parto do princípio de que o privado é necessariamente mau; penso é que tem de estar no seu lugar e não pode ser parasitário nem viver à custa do público, assim como o público não é necessariamente mau, mas tem que ser mais eficaz do que tem sido.

Para isso, penso que o Governo - e torno a ter a tal dificuldade porque não se pode dizer "Governo da República" - "o outro Governo" tem que alterar as carreiras médicas, tem que criar um esquema de incompatibilidades e tem que remunerar melhor aqueles médicos que exclusivamente trabalham para o Estado.

Para concluir, direi que nós temos, efectivamente, dificuldades - e eu apontei-vos algumas - e elas não são pequenas, se quisermos ter um sistema público eficaz, se quisermos ter respostas no sector da saúde.

Penso, porém, que temos uma população que merece bem o esforço que possamos fazer;

Temos profissionais em número, competentes e dedicados (e nada se faz sem eles) e que é possível contar com eles;

Temos, também, um Governo que assume as suas responsabilidades e cuja criatividade e coragem ninguém pode, hoje, pôr em causa nos Açores;

Temos uma Assembleia Regional viva e representativa. Claro que o "representativa" significa mais deputados do PSD que do PS, mas é isso que a nossa comunidade quer.

Penso que, nos Açores, as coisas continuarão indo para melhor. E se continuarão indo para melhor nos Açores, continuarão indo para melhor também no sector da saúde!

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota, se é para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do

Governo Regional, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Queria prestar um esclarecimento e, ao mesmo tempo, procurar clarificar uma questão.

O Sr. Secretário explicou - e quando falou na questão do orçamento da Segurança Social - o mecanismo efectivamente complicado e embrulhado que ainda existe a esse respeito, e disse que, nesta situação, se tornava impossível apresentar a esta Assembleia Regional qualquer coisa para aprovação em sede de discussão do Orçamento.

Eu queria só clarificar uma questão que me parece ser extremamente importante: esse problema do orçamento da Segurança Social é, como o Sr. Secretário diz, uma questão complicada, que tem que evoluir, que tem que ser modificada, e penso que todos temos esse entendimento - divergimos sobre a forma de o fazer, mas temos esse entendimento.

Quando o PCP apresentou a proposta de decreto legislativo regional, que foi um contributo decisivo para que esta discussão fosse feita agora da forma como está a ser, já esse problema se nos pôs; quando isto foi discutido em sede da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, esse problema também se pôs e a solução que se adoptou, e que está legalmente consagrada, é uma solução que tem em conta essas dificuldades e que apenas diz, no ponto 3 do artigo correspondente, que "o Governo fará acompanhar a proposta de Orçamento de um relatório contendo elementos relativos ao relatório da Segurança Social".

Portanto, nesta fase, e com o enquadramento legal que aprovámos em Setembro e que está em vigor, não se trata de trazer nada da Segurança Social para ser aqui aprovado. Esta é uma forma de interpretar mal o problema e de fugir à questão. Trata-se, sim, Sr. Secretário, de fornecer a esta Assembleia, juntamente com a proposta de Orçamento, elementos que permitam uma apreciação.

E aqui permita-me o Sr. Secretário que diga o seguinte: ao longo dos anos, e desde que aqui estou, nenhum elemento foi fornecido sobre o orçamento da Segurança Social - e aqueles que conheço são alguns poucos elementos que constam numa ou noutra publicação do DREPA - nenhum elemento substancial, justificativo, foi fornecido sobre o montante de receitas, sobre a forma de aplicação dessas receitas, sobre o saldo que eventualmente possa haver entre as receitas e as despesas, sobre a forma como esse saldo é usado, etc..

Nenhum elemento foi aqui, pela sua boca - que eu me recorde, desde que cá estou - fornecido a esta Assembleia Regional. O que se trata, portanto, são de elementos que se podem e que são necessários que esta Assembleia disponha como elementos de apreciação.

Não se trata, nesta fase, porque é impossível

- e admito que tudo isto tem de ser clarificado - de outra coisa. Era esta questão que queria aqui repôr.

O Sr. Secretário permitir-me-á que lhe faça uma sugestão de outra natureza - e não levará a mal a graça - e que é a seguinte:

O Sr. Secretário tem dificuldade de usar a expressão "Governo da República" porque foi dada por alguém uma indicação nesse sentido.

Eu sugeria-lhe - eu por mim não tenho e continuo a dizer "Governo da República" - que se referisse ao "Governo da República" como sendo o nosso/vosso Governo de Lisboa porque, efectivamente, é um Governo do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Segundo percebi da intervenção do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, era intenção do Governo instalar em todos os concelhos Centros de Saúde.

Nas Flores existe o hospital concelhio em Santa Cruz das Flores.

- Tem o Governo intenção, de imediato, de instalar um Centro de Saúde nas Lajes das Flores? Se não, para quando?

- Entretanto, não acha o Governo, ao menos, indispensável avançar rapidamente para a dotação de um Posto de Socorros neste Concelho das Lajes, ou uma estrutura semelhante, que diária e permanentemente assegure a assistência aos doentes, mesmo que ao nível de enfermagem, até porque agora já temos à volta de 600 enfermeiros?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Na minha intervenção de ontem falei sobre o Posto de Saúde do Corvo.

Tive a sensação de que o Sr. Secretário tinha dito que já tinha chegado a entendimento com o dono dos terrenos. Agradecia-lhe que me confirmasse ou não esta questão.

A outra pergunta é a seguinte:

Em todas as ilhas dos Açores existem edifícios polivalentes. Há ilhas onde praticamente todas as freguesias têm edifícios polivalentes. Por que razão não foi previsto um edifício polivalente para a ilha do Corvo?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo também para pedir esclarecimentos.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No dia 21 de Janeiro de 1987, dirigi um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Regional com o fim de obter, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, um esclarecimento acerca das obras da Casa de Saúde de S. Miguel.

Com grande espanto meu - mas admitindo que esta falta de resposta não correspondeu certamente a falta de consideração pelas minhas funções de deputado - o que é facto é que, até ao momento, não tive resposta a esta questão.

Assim sendo, queria aproveitar esta ocasião para pedir ao Sr. Secretário o favor de me esclarecer sobre a matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Recordo-me que, quer no Plano de Médio Prazo elaborado pelo DREPA, quer aquando da última visita do Governo Regional à Ilha Graciosa, foi referido (e bem referido!) no dito Plano a necessidade da existência de uma Casa do Povo polivalente na freguesia da Luz.

Tanto quanto me recordo, a predisposição de V. Exa. no momento era da satisfação do anseio da respectiva população, que foi expressamente manifestado na dita reunião do Governo.

Ao observar o conteúdo do Plano nesta matéria, vejo que nada está inserido na mesma. Gostaria de saber qual a justificação para tal omissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Dado que tenho tido informações contraditórias sobre o ponto da situação da Casa do Povo da Achada do Nordeste, gostaria que me explicasse qual é exactamente esta situação e se se prevê, a curto prazo, a sua resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Num autêntico desafio à capacidade de resposta, emfim, de em 3 minutos preparar respostas em relação a tantos investimentos à volta de todos os Açores, vou tentar responder aos Srs. Deputados.

Agradeço o esclarecimento ao Sr. Deputado Decq Mota. Vou começar a falar no "Governo de

Lisboa", mas isso vai ser mal interpretado, Sr. Deputado... mas depois o Sr. Deputado ajuda-me, não é verdade?

Quanto ao Sr. Deputado Ramos Dias, nós temos um Posto de Saúde nas Lajes das Flores. As informações que me têm chegado é de que ele precisa de funcionar com maior permanência, ou seja, com maior número de horas de funcionamento. É isso que nós vamos tentar fazer à medida que formos acompanhando o seu funcionamento, tomando outras decisões, se for caso disso. Quanto ao Sr. Deputado Hélio Pombo e ao Posto de Saúde do Corvo, segundo informação do Sr. Secretário Regional do Equipamento Social chegou-se já a acordo com o proprietário dos terrenos - foi isso que eu disse ontem, enfim, interrompendo a sua comunicação - o projecto já está pronto há algum tempo e penso que estão criadas todas as condições para fazer o investimento que, aliás, vem considerado no Plano.

Quanto aos edifícios polivalentes das Flores e da Luz, eu diria, Srs. Deputados, que nós vamos tentar, de alguma forma, agora, substituir-mo-nos às direcções das Casas do Povo. Portanto, digamos que, se o Sr. Presidente do Governo autorizar, o Secretário Regional dos Assuntos Sociais entra em acumulação: passa a ser Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Presidente de algumas Casas do Povo, e tentará pôr em andamento alguns processos de Casas do Povo. Mas ninguém mais empenhado do que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais para que apareçam edifícios polivalentes nas Flores: a correspondência em chegarmos a conclusões, em termos os projectos, em termos, em alguns aspectos, o dinamismo necessário, é que não tem existido!

Quanto à questão da Graciosa, nunca nos foi formalmente posta essa questão - pelo menos que eu me recorde - da construção de um edifício polivalente na Luz.

De qualquer forma, a Graciosa será a ilha mais bem coberta em edifícios polivalentes, dado que tem já bastantes problemas, a esse nível, resolvidos, quer em termos de instalações sócio-culturais na Vila de Santa Cruz da Graciosa, quer na Praia, quer no Guadalupe. Enfim, até estará numa situação de um certo benefício em relação a outras zonas da Região - em relação, por exemplo, a S. Miguel.

Em S. Miguel nós temos tido algumas dificuldades em implementar este programa. É um programa que começa agora a ter adesão e, se nós olharmos para o Plano de 88, vemos que a maior parte dos polivalentes, cujo processo está a decorrer neste momento, são da Ilha de S. Miguel. Até este momento tivemos uma situação que não foi uma situação muito salutar, em que houve efectivamente mais sensibilidade para este tipo de investimento noutras ilhas.

Quanto ao projecto da Achada/Santa Ana, eu tenho estado em contacto com o Sr. Deputado durante estes dias, temos conversado acerca disto e há, efectivamente, informações desencontradas, quer por parte dos colaboradores do Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, quer por parte dos meus próprios.

Aquilo que eu sei, é que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais deu abertura ao financiamento da construção de um edifício polivalente na freguesia da Achada, Concelho de Nordeste, em duas fases: numa 1ª fase recuperando um edifício existente, numa 2ª fase acoplando-lhe um salão.

O projecto que nos foi apresentado não estava preparado para ser construído em duas fases mas, sim, numa fase só, e não foi por acaso que pedimos o projecto preparado para fazer em duas fases: foi porque tínhamos necessidade que assim fosse. A informação que eu tinha era a de que havia uma certa insistência para que não fosse em duas fases mas, sim, numa fase só e que o próprio projectista não estaria muito disponível para fazer a modificação do projecto.

Quando conseguirmos sair desta situação (e se já saímos tanto melhor) o projecto será posto a concurso e feita a obra.

Quanto à Casa de Saúde de S. Miguel e ao Sr. Deputado João Carlos Macedo, eu até admito que possa ter havido um lapso, mas não tenho efectivamente ideia nenhuma de haver um requerimento pendente acerca deste assunto. Vou, no entanto, verificá-lo. O Sr. Deputado João Carlos Macedo seria a última das pessoas e o último dos deputados a quem eu, de alguma forma, poderia manifestar qualquer tipo de desrespeito.

Mas, em relação à Casa de Saúde de S. Miguel, ela vem considerada no Plano para 88 "para elaboração do projecto" e contamos que seja uma obra do próximo Plano de Médio Prazo.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça tem a palavra para pedir novos esclarecimentos.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

O Sr. Secretário disse, na sua resposta, que não tinha conhecimento formal da petição ou desejo da Casa do Povo da Luz.

Em primeiro lugar, pergunto-lhe se conhece o Plano para a Graciosa elaborado pelo DREPA - no II Volume está lá inserido.

Mas mais: pergunto-lhe se o Sr. Secretário costuma guardar os memorandos que, nas sessões que são feitas na Câmara Municipal com o Governo, lhe são entregues. Tanto quanto me parece (pelo menos na última) constava do memorando apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

Hélio Pombo para pedir novos esclarecimentos.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Provavelmente devido à avalanche de perguntas, o Sr. Secretário esqueceu-se do problema do polivalente da Ilha do Corvo. Quer que eu lhe faça de novo a pergunta?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Não é preciso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Peço desculpa de voltar a usar da palavra neste momento. Agradeço ao Sr. Secretário o facto de me ter agradecido o esclarecimento que eu prestei, mas queria chamar-lhe a atenção para uma questão que é a seguinte: uma vez mais o Sr. Secretário não sentiu ou não quis dizer absolutamente nada, tipo informativo e de elementos que tem - e que tem com certeza de memória - sobre o orçamento da Segurança Social.

A questão que eu coloco prende-se com o facto desta Assembleia não ser minimamente informada (e admito essa forma diminuída) e na altura em que discute o orçamento e o aprova, sobre o orçamento da Segurança Social.

Se me dessem licença, aproveitava para pedir um outro esclarecimento, que diz respeito ao seguinte:

Todos nós sabemos as condições precárias em que estão a funcionar, de há bastante tempo a esta parte, as consultas externas no Hospital de Ponta Delgada.

Eu colocava só esta questão prática, concreta e objectiva e que diz respeito a muitas pessoas:

- Estão ou não previstas medidas que possam atenuar a situação de perfeita incapacidade que têm as instalações onde, neste momento, estão a funcionar as consultas externas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fico à espera da proposta formal da Casa do Povo da Luz em relação ao respectivo polivalente. Não a tenho e, portanto, não me chega estar num documento que o DREPA faz em colaboração com as Câmaras e prestando um serviço valioso às mesmas.

Referiu-se lá que cada freguesia deve ter o seu polivalente. Como não me chega que a questão seja abordada numa reunião na Câmara, é preciso que esse projecto tenha continuidade e é preciso um bocado de trabalho à volta disso.

Em relação ao polivalente do Corvo, estamos na mesma situação. Que eu me recorde, nunca nos foi feita nenhuma proposta, pela Casa do Povo do Corvo, no sentido de se construir um edifício polivalente. Temos estado, aliás, mais preocupados com a questão do Posto de Saúde do Corvo que nos tem custado um bocado a resolver.

Quanto à consulta externa do Hospital de Ponta Delgada tem, como é reconhecido, dificuldades de instalação a vários níveis e nomeadamente em relação à sua consulta externa. Mas tem também, a par disso, muito pouca tradição de trabalho em consulta externa e, se calhar, a dinâmica existente no sentido de fazer a consulta externa não será ainda aquela que nós gostaríamos que fosse - até porque, poucas instalações utilizadas durante as 8 horas, passam a ser o triplo de poucas instalações utilizadas durante 6 horas. Não sei se me fiz perceber bem.

De qualquer forma, é um ponto que penso que precisa de ser aperfeiçoado, e a consulta externa precisa de ter, nos nossos hospitais, a dignidade que deve ter: de área fundamental de funcionamento dos hospitais.

Penso que tudo isto está um pouco ligado àquilo que eu referi há pouco, ou seja, a divisão tácita de mercados: o que é hospitalização e cuidados primários está na pública; o que é consulta de especialidade está na privada. Temos que inverter este estado de coisas! Precisamos também de mudar as carreiras médicas, mas isso é com o Governo de Lisboa, com quem nós temos tido contactos acerca do assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

É apenas uma observação e uma pergunta.

O Sr. Secretário afirmou no decorrer da sua intervenção - de resto a comentar outras palavras que eu tinha referido no dia anterior - que a construção de edifícios polivalentes, a que nós, como já é sabido, chamamos "Centros Comunitários", dependia um pouco da iniciativa local.

Eu percebi isso, digamos, não formalmente: percebi isso no sentido de que tinha a ver com um certo dinamismo local, ou com um conjunto de aspirações e de necessidades que levariam a que se construíssem esses edifícios.

Agora, venho a entender que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, nos casos em que não está projectada a construção de um edifício polivalente, argumenta pura e simplesmente "porque não me foi pedido pela respectiva Casa do Povo".

O que eu pergunto ao Sr. Secretário, sem excessiva maldade, é se V. Exa. acha que o critério de construção de estruturas desse tipo,

depende apenas de uma Casa do Povo lhe pedir ou não, ou se há ou não um plano de construção desses edifícios, se há ou não uma consideração de prioridades na sua construção e se isso tem alguma coisa de fundado para além de um simples pedido.

Se V. Exa. fundamentar só desta forma, fico a pensar que o que se trata apenas é de apelar que, por exemplo, as 39 Casas do Povo que existem na Ilha de S. Miguel, peçam todas já... por telegrama, ainda hoje, se possível.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Goulart também precisa pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário.

Assim, pedia que se providenciasse a sua substituição.

(Neste momento o Deputado Hélio Pombo assume as funções de Secretário da Mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário dos Assuntos Sociais:

O Sr. Secretário na sua intervenção aludiu - já não pela primeira vez nesta Casa - ao aumento dos subsídios de deslocação, dizendo que os mesmos teriam aumentado 5 vezes.

Gostaria de lhe dizer que não penso da mesma forma porque, se por um lado o subsídio de deslocação aumentou de 150\$00 para 750\$00, o Governo Regional deixou de pagar os transportes entre as residências e os aeroportos.

Portanto, isto quer dizer, em números reais, que um doente que se desloque do Faial, do Pico, para não dizer doutras ilhas, à Terceira por 5 dias, em termos reais recebe menos do que receberia pelo anterior esquema.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão do Sr. Deputado Decq Mota, agradeço-lhe, enfim, o ter-me reconhecido tanta capacidade, mas eu não tenho de cabeça os números essenciais do orçamento da Segurança Social.

Sei que se chega à maior parte dos números por fórmulas matemáticas fáceis, simples, ou seja, tantas reformas a tantos escudos dá tanto, e tem depois introduzidos alguns factores de evolução. Mas predisponho-me - e fica assegurado desde já - a enviá-los e, numa próxima Sessão da Assembleia, podemos discutir e ver esses aspectos.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos César, para se fazer um edifício polivalente - se eu percebi

bem - o Sr. Deputado perguntava se era só "pedir por boca", como se costuma dizer. Não é só pedir por boca! Até agora nós temos tido capacidade para satisfazer todas as solicitações que nos vêm por gente que estudou a situação, por gente empenhada, por gente que tem propostas concretas, por gente que manda fazer o projecto, por gente que continua a se empenhar durante um ano ou dois de trabalhos preparatórios.

Quando há iniciativa, nós correspondemos a essa iniciativa! Mas não é só dizer ou mandar um telegrama "Queremos fazer um edifício polivalente!" É querer fazer um edifício polivalente e fazer tudo o que está depois ligado à feitura desse edifício polivalente. Isso dá trabalho, Sr. Deputado, e não se paga a quem está à frente das direcções das Casas do Povo! É preciso haver iniciativa local; é preciso quem trabalhe a esse nível para que os edifícios polivalentes se construam, e é preciso, acima de tudo, ou também, que haja uma sensibilização da população para a construção desse tipo de polivalentes.

Em relação à questão posta pelo Sr. Deputado Manuel Goulart, enfim, eu olho para os meus papéis, para as minhas notas, e aquilo que eu vejo é que realmente, há 2 anos, as diárias de deslocação de doentes eram de 150\$00, aumentaram em 86 para 750\$00 e no mês de Outubro deste ano o Governo resolveu aumentá-las para 900\$00. Em relação às deslocações para o Continente, devo dizer que eram de 600\$00, aumentaram para 900\$00 e agora aumentaram para 1000\$00.

Eu tenho afirmado e reafirmado que estas coisas têm de ser vistas numa perspectiva - se assim posso dizer - micro ou numa perspectiva macro: vão aqui 7% do orçamento da saúde, para além dos 400 mil contos de subsídios de doença, para além dos transportes que nós pagamos - deslocações inter-ilhas e para o Continente.

Quando aumentámos estas diárias em 500%, uma das coisas que fizemos foi precisamente deixar de pagar à parte os transportes. E deixámos de pagar à parte os transportes porque considerámos que essa era uma responsabilidade que devia ficar da parte do utente. Na maior parte das situações há possibilidades de chegar ao aeroporto e, portanto, há como que uma visão de responsabilidade: se o utente do Pico se puser no aeroporto do Pico ou se o utente do Faial se puser no aeroporto do Faial e depois nós o pusermos no aeroporto de Angra ou o pusermos em Lisboa, penso que estamos, cada um, a entrar com a nossa parte e que não será assim tão desmerecedor de ambas as partes como isso.

Penso, aliás - e têm sido neste sentido as minhas informações ao Conselho do Governo - que o orçamento da saúde não aguenta grandes reforços nesta matéria - a não ser que se prejudiquem outros sectores ou outras áreas de actividade

do sector da saúde.

Claro que eu gostaria muito de dar a cada utente da Região 5.000\$00! Nada me realizaria mais! Era-me muito mais agradável estar aqui a defender e a anunciar aos Srs. Deputados que fomos dar uma diária por deslocação de doentes de 5.000\$00, do que estar a dizer que "temos que aguentar", "temos que segurar" e que "é preciso ter cuidado".

Deputado Simas Santos (PS): Isso é demagogia do Sr. Secretário!

O Orador: Bom, isto passa por uma colaboração de todos porque, na medida em que nós baixarmos a deslocação de doentes - e eu estou a ouvir o Sr. Dr. Simas Santos intervir na conversa e tive pena de não ouvir o que é que disse - e na medida em que os médicos também aproveitarem mais os recursos locais, nós vamos reduzir o número de deslocações inter-ilhas e para o Continente e, se calhar, podemos distribuir melhor os tais 7% do orçamento da saúde por aqueles que têm que se deslocar.

Portanto, com muita pena minha, penso que qualquer pessoa que olhe para o orçamento da saúde não vê condições senão para participar nas despesas de deslocação de doentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Eu não contestei a forma como era feita a participação à deslocação de doentes; eu não contestei nem disse que o doente não deveria ter a sua quota parte de responsabilidade! O que eu disse, concretamente, foi que o aumento de 5 vezes, que foi anunciado por várias vezes pelo Sr. Secretário, não é real porque para quem se desloque das duas ilhas apontadas por 5 dias, que pressupõe da 2ª à 6ª feira - isto pressupondo um maior racionamento na marcação de consultas porque o doente não deve ficar ao fim de semana (só quando for estritamente necessário) fora de casa - partindo deste princípio, o doente recebe, efectivamente, menos quase 1000\$00 do que receberia pelo anterior sistema.

É esta a realidade! São estes os números!

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições para pedidos de esclarecimento, vamos continuar os nossos debates.

Tem a palavra o Sr. Deputado Simas Santos.

Deputado Simas Santos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de entrar propriamente na minha intervenção, gostaria de agradecer, publicamente, ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais

o reconhecimento público que fez do trabalho da oposição no sector da saúde. E tanto foi assim que se sentiu na obrigação de realçar a importância que, por essa razão, teria que dar ao sector da saúde em detrimento dos outros, apesar de achar que a saúde não tinha, de facto, a maior importância.

Queria ainda agradecer-lhe a lição magistral de saúde que nos deu, o que me leva - posta essa sua afirmação em conjunto com outras que já fez aqui - à ideia de que, nesta Região, o que é fundamental para perceber de saúde é não ser técnico do sector.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Você é médico!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Início a leitura desta intervenção com bastante mais desenvoltura do que quando a comecei a escrever. A explicação é simples: agora estou inundado de luz, da boa luz que não chega ao Pico por causa da rotura do cabo submarino... Para a escrever foi à luz de velas já que o "célebre" motor Rouston tinha, entretanto, tido uma das suas não menos "célebres" avarias.

Não se preocupe o Sr. Secretário da tutela e o Presidente do Conselho Administrativo da EDA. Nós sabemos que o novo motor, finalmente chegou à estação das Lajes do Pico e que há uma azáfama invulgar para assegurar o seu funcionamento para quando da visita do Governo ao Pico. Tentar-se-á, assim, virar uma situação escandalosa a favor dos seus responsáveis. Atitude que, obviamente, não resolverá a preocupante situação de abastecimento de energia eléctrica à Ilha do Pico.

Não é, contudo, e apesar da sua importância, o sector energético que constitui o objectivo da minha intervenção. Mas, naturalmente, a saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda há bem poucos dias tivemos ocasião de ouvir o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais afirmar perante esta Casa que o planeamento que tem imprimido ao seu sector tem o aplauso da comunidade científica internacional e que, portanto, quem está contra as suas opções não percebe nada de planeamento.

Segundo a versão oficial, o sector da saúde seria portanto uma área modelo, incensada no concerto das nações. Verdade que, desse modo, estaria acima da necessidade de demonstração.

Ora, o sector da saúde é, nesta Região, um bom exemplo de como se podem tentar mistificar situações que são, de facto, preocupantes. Tão preocupantes que me permitem repetir agora, **sem ter de mudar uma vírgula**, o que afirmei no ano transacto nesta Assembleia e que passo a citar:

"Ao discurso tecnicista de racionalização de meios, integração de serviços, informatização do sector, patamares de cuidados médicos corresponde uma prática de incompetência e compadrio.

Ao invés de ter aproveitado de forma integral e fecunda, estes 11 anos de poder, o Governo Regional não conseguiu montar nenhuma das pedras base.

Não conseguiu pôr a funcionar com plena eficiência e rentabilidade um único hospital regional; não conseguiu pôr a funcionar, em termos definitivos e operacionais, um único centro de saúde; não conseguiu estabelecer qualquer plano de formação, global e contínua, dos profissionais do sector; não conseguiu montar nenhum esquema, eficiente e racional, de articulação das diferentes unidades de saúde;...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Por isso está quase toda a gente a morrer para aí!

(Risos do PSD)

O Orador: ...não conseguiu criar nenhuma alternativa administrativa aos Serviços Médico-Sociais, autêntico estado dentro do estado; não conseguiu idealizar e pôr em prática uma política integrada de fixação e formação de médicos, que permitisse, pôr em marcha o Serviço Regional de Saúde; não conseguiu criar um naipe de profissionais de saúde, devidamente habilitados e rodados, para porem em curso a política oficial de cobertura da Região de centros de saúde."

Não é, infelizmente, necessário mudar uma vírgula.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao aproximar-se o término do Plano de Médio Prazo 1985/88 verificam-se claras discrepâncias entre o que se pretendia e o que efectivamente se conseguiu.

A "Organização dos centros de saúde como unidades prestadoras de cuidados primários com base concelhia e terminais locais, privilegiando a promoção de saúde, prevenção e educação sanitária e o médico de família" não passam de miragem cada vez mais distante. Os centros de saúde continuam apenas a ser uma intenção que nunca se concretizou, quer no plano institucional, quer no plano da prática. A prestação de cuidados médicos está, cada vez mais, "caixificada", tutelada por essa eminência parda que o Governo nunca teve a coragem de desactivar, promovendo a integração que, há anos, se impunha. Promoção de saúde, prevenção e educação sanitária são objectivos que, cada dia que passa, se tornam mais difíceis de conseguir. Cada vez se apresenta mais arredo o processo de mudança, imprescindível trave mestra do salto qualitativo que era urgente dar na saúde.

Resvala-se, definitivamente, para um novo-

-riquisimo infraestrutural que resulta do vazio no campo das ideias e do conservadorismo das atitudes. Não que não seja necessário fazer obras, construir hospitais e centros de saúde. Bem pelo contrário, mas vêm tarde e a más horas, como é o caso do hospital de Ponta Delgada.

Só que o sector da saúde não pode ser, apenas, mais uma empresa de construção civil ou uma agência de empregos.

Mas voltando ao Plano a Médio Prazo.

Bem longe se apresentam os objectivos de "corresponsabilização dos utentes no processo de promoção de saúde, assegurando o seu envolvimento no funcionamento do sistema e no seu funcionamento... "Basta ver a total ausência de qualquer medida nesse sentido na proposta do Plano para 1988. Prevê-se tão somente, a publicação de um novo regulamento, mais um (!), para a deslocação dos doentes inter-ilhas e para o exterior da Região. Nada aparece no sentido de mobilizar um esforço pessoal e comunitário de "auto-responsabilização", posto que o indivíduo e a família participam significativamente na génese das doenças.

Nesse sentido, e dado o total vazio da proposta do Plano nessa área, o Partido Socialista vem propôr a criação de um novo programa que designa de "Educação para a Saúde" que entende ser contemplado com a verba de 50.000 contos para 1988. Programa que terá justamente como objectivos fundamentais o envolvimento do indivíduo e da comunidade na produção de saúde e que terá de ser conduzido desde os primeiros anos escolares aos últimos de formação profissional. Programa que terá de ter como princípios mestres a ideia de que todos somos responsáveis pela saúde e de que saúde é qualidade de vida.

Mas, infelizmente, as discrepâncias não ficam por aí. O objectivo de "desenvolvimento de um programa de incentivos às actividades de investigação, privilegiando as áreas que possam abranger o maior número de indivíduos", ficou-se pelo muito modesto programa 13 que é dotado de uma verba de 3.000 contos para concluir o estudo das águas nos Açores. Programa 13 que tem, aliás, uma evolução curiosa desde 1985. Uma evolução que poderíamos designar de dorso de camelo, aos altos e baixos: foi dotado de 4.000 contos em 1985, 500 contos em 1986, depois 8.000 em 1987 e agora, novamente, 3.000 contos. Que se passa?

Também aqui, dada a importância de tal objectivo, o Partido Socialista vem propor uma dotação de 15.000 contos, o que representa um modesto acréscimo de 12.000 contos, face à importância que deveria ter no contexto do sector a rubrica "Investigação e Estudos na Saúde". Consideramos que um esforço muito claro deve ser feito no sentido de mobilizar os técnicos da saúde para

a investigação e para o estudo. A Região coloca problemas específicos que têm que ser equacionados e resolvidos numa perspectiva inovadora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Resulta, de grande parte do que atrás foi dito, que a área de formação profissional é crucial no processo de mudança que é imprescindível e urgente introduzir. Só será possível levar a cabo com êxito um programa de "Educação para a Saúde" se existirem na Região profissionais habilitados para o desencadear e conduzirem. A primeira mudança a ter lugar terá que ser a desses profissionais. Só assim estarão em condições de transformarem a atitude do indivíduo e da comunidade.

Dáí que um grande esforço tenha que ser feito na área da formação profissional. Objectivo que o Plano não prossegue já que lhe dedica uma dotação de apenas 20.000 contos e que se destina à concessão de bolsas e apoios a encontros de profissionais.

Entende-se que a verba é exígua e que as acções a desenvolver são insuficientes. Sem pôr em causa a atribuição de bolsas de estudo aos alunos das escolas de enfermagem e apoio a acções de formação, entende-se que um muito maior esforço terá que ser posto na formação dos profissionais já existentes. Formação que terá que ter um carácter global, planeado e contínuo e que não poderá ficar por um somatório de conferências e acções de formação avulso. Seria importante criar órgãos que tivessem essa formação a seu cargo.

Por essas razões, o Partido Socialista vem propôr nesta área um reforço da dotação prevista, que passaria de 20.000 para 50.000 contos. Reforço que se mostra inevitável para a concretização de um objectivo que se considera nuclear. Só assim se poderão criar condições para constituir um "staff" regional capaz de executar as tarefas de planificação, avaliação e investigação de um sistema de referência articulada aos hospitais regionais e que seja capaz de incidir na formação contínua das equipas de saúde. Bem como, só assim, será possível a constituição, a nível local, de equipas pluridisciplinares, coesas e de boa qualidade técnica de modo a perspectivar as actividades dos centros de saúde num Plano de desenvolvimento global da saúde tendo em vista a colaboração inter-serviços e a participação activa da comunidade.

As dificuldades acrescidas com que os profissionais de saúde se confrontam nas zonas rurais impõem um urgente relançamento da sua formação. O sucessivo consumismo médico e dos cuidados curativos em geral, só pode encontrar solução no âmbito de uma comunidade com uma dinâmica diferente. Dinâmica que a comunidade, só por

si, não será capaz de ganhar e que, por isso, terá de lhe ser imprimida pelos profissionais que trabalham na área dos cuidados primários essenciais.

A única maneira efectiva de combater os gastos fabulosos com a deslocação de doentes inter-ilhas e para fora da Região é a obtenção da colaboração das populações. Podem-se publicar todos os regulamentos deste mundo e do outro que ficarão sempre as portas abertas para o abuso e para o desperdício. Só quando os utentes adoptarem uma atitude de corresponsabilização na saúde, será possível controlar aquelas situações.

Não podem os profissionais de saúde, e nomeadamente os médicos, ser os únicos agentes da contenção e moralização que se mostram imprescindíveis. Só a melhoria das condições locais de assistência e o envolvimento crítico e activo das comunidades poderão pôr cobro a uma situação insustentável para o Estado e injusta para os utentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive ocasião de falar no novo riquismo infra-estrutural deste Governo. Com boas razões, acrescento agora. Cerca de 73% da dotação do sector vai para a área infra-estrutural, o que se senão condena liminarmente, não pode deixar de proporcionar alguns comentários, sobretudo tendo em atenção que o PSD é Governo na Região há 11 anos e ainda se mantém na fase infra-estrutural. Por outro lado, são vários e graves os erros cometidos que vão desde o "super" Hospital da Horta até à proliferação de equipamentos, ampliações questionáveis ou estruturas mal dimensionadas.

Está, neste último caso, o designado futuro "Centro de Saúde" de São Roque do Pico que deveria ser, como diversas vezes tenho defendido nesta tribuna, um Hospital de Ilha. Não um hospital de 5 estrelas, como o Hospital da Horta, mas apenas uma unidade devidamente dimensionada para assegurar a prestação das valências que devem ser planeadas em termos de ilha.

Deste modo, o Partido Socialista entende que o programa 9.2 deve ser alterado de modo a reforçar a dotação destinada ao "Centro de Saúde de São Roque" de 50.000 para 100.000 contos. Reforço que possa permitir a alteração do projecto de modo que a nova unidade possa assegurar as suas funções no âmbito das valências que se mostram necessárias, como é o caso do serviço de urgência, medicina interna, bloco operatório, maternidade, laboratório de análises e radiologia.

Pesem os pareceres, pelos vistos exclusivamente verbais, que o Sr. Secretário obteve, este é o único modo, na nossa perspectiva, que possibilitará a cabal satisfação das necessidades de assistência na Ilha do Pico.

Para terminar, apenas uma breve referência ao Hospital de Ponta Delgada.

Naturalmente, a construção desse novo hospital merece todo o nosso apoio e apenas lamentamos que só agora se vá concretizar. Não podemos, contudo, deixar de discordar do Plano quando este, no programa 9.1 afirma que o novo hospital tem como objectivo substituir as actuais instalações.

Para nós, o novo hospital deve ter como objectivo a complementarização, enquanto unidade mais avançada e diferenciada do actual hospital.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não ouvi uma parte da sua intervenção.

O Orador: Mas eu posso repetir, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não tem importância!

O Orador: Mas eu vou repetir esta frase que é talvez importante.

Para nós, o novo hospital deve ter como objectivo a complementarização, enquanto unidade mais avançada e diferenciada, do actual hospital. Deverá, pois, falar-se do Centro Hospitalar de Ponta Delgada que englobará o velho e novo hospital e que teriam, nesse contexto, perfis e funções diferentes ainda que complementares.

O novo Hospital de Ponta Delgada não será, por si só, suficiente para suprir as necessidades de assistência de Ponta Delgada em particular e de S. Miguel em geral.

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar alguns esclarecimentos muito rápidos.

Em primeiro lugar, para dizer que o Sr. Deputado fez-me um acto de justiça quando reconheceu que, face a algumas confusões que eu sabia existirem, principalmente da sua parte, fiz um esforço para tentar clarificar quais têm sido as opções do Governo. Foi isso mesmo que eu fiz, ou foi mesmo isso que eu tentei fazer!

Quanto à "Educação para a Saúde", nós defendemos que a Educação para a Saúde, acima de tudo, não deve ser desenvolvida de uma forma de campanha. Se a nossa opção é por médicos de família; por equipas multidisciplinares, pelo envolvimento dos professores e das forças vivas da comunidade; pela iniciativa dos profissionais de saúde, em cada um dos seus locais de trabalho, não concordamos que a incidência seja dada na campanha da "Educação para a Saúde".

As campanhas fizeram-se nos tempos da 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas. Não se fazem hoje, e não se devem fazer no sector da saúde!

Quanto à questão da investigação na saúde, devo dizer que a investigação na saúde tem sido sempre incentivada e apoiada nesta Região. Se o Sr. Deputado quiser fazer investigação nalguma área específica, pode contar, desde já, com o apoio da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais - se o projecto for válido e de interesse para a Região.

Quanto à questão da formação, nomeadamente da formação dos clínicos gerais, devo dizer que a mesma é da competência do "Instituto de Clínica Geral da Zona Sul". Tem feito alguma coisa - embora não tudo o que esperávamos - e temos feito encontros frequentes com essa instituição, ou essa entidade, para que o trabalho em relação aos Açores seja mais alargado.

Quanto ao "novo riquismo", acusa-nos, por um lado, de "novo riquismo" mas, por outro lado, diz que S. Roque do Pico devia ser mais do que é.

Devo dizer que as coisas fazem-se a partir de projectos, a partir de concepções, a partir de programas-base. Qualquer alteração no projecto de S. Roque do Pico seria uma coisa muito complicada de se fazer, seria pôr em causa toda a opção que se fez. O Sr. Deputado (ou o Partido Socialista) o que está a fazer com a sua proposta é, acima de tudo, dizer que o Centro de Saúde de S. Roque do Pico não se deve construir. Não é uma questão de mais 50 ou menos 50 mil contos que resolve a questão: é uma questão de concepção e uma questão de opção!

Quanto à questão do novo Hospital de Ponta Delgada e às opções que põe, devo dizer ao Sr. Deputado que o Hospital de Ponta Delgada custa, por ano, 1 milhão e 200 mil contos - neste momento a funcionar.

Não consideramos necessário haver uma duplicação de instalações. Essa experiência existe no Funchal, e o que lá se diz é que o novo hospital devia ter sido concebido para ser um hospital único, porque dois hospitais têm duas lavandarias, têm todas as zonas de apoio, dois armazéns, dois armazéns de medicamentos, dois equipamentos de exames complementares de diagnóstico, duas cozinhas, enfim, têm tudo a duplicar, Sr. Deputado, e isso é algo de incomportável. Nós não podemos passar de 1 milhão e 200 mil contos para os 3 milhões, assim de repente!

Aquilo que eu quero, Sr. Deputado, quando chamei a atenção, no outro dia, para o facto de "nem sempre o ser-se médico significa saber-se alguma coisa de planeamento de Saúde", é que, me reconheçam, também a mim, o direito de ser "profissional de saúde" porque, para mim, "profissional de saúde" é o médico, é o enfermeiro, é o técnico-auxiliar de diagnóstico, mas é também o administrador, é também o planeador, é também quem, de alguma forma, está ligado

a actividades de planeamento no sector da saúde. Portanto, não queira para os médicos a exclusividade de intervenção porque se as coisas, em muitos casos, não estão melhores, foi exactamente porque sempre houve uma luta, por parte de alguns médicos, para a exclusividade de intervenção no sector da saúde.

É por isso que nós não temos equipas multidisciplinares e é por isso que nós não temos boas respostas noutros lados! Os médicos sabem tratar doentes, sabem prevenir a doença, sabem preservar a saúde dos utentes, mas não sabem, forçosamente, o que quer que seja de administração de saúde ou de planeamento de saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Pisa-me a alma ouvir o Sr. Secretário dizer que a intenção de se fazer algo de novo em S. Roque que é demagogia. E pisa-me a alma por várias razões:

Há pessoas que vivem em ilhas e não têm a sensibilidade de outras ilhas porque a história é muito complicada. O problema da saúde no Pico não se fez ou não começou ontem mas, sim, há muito tempo - há muitos e muitos anos - e as pessoas que, em determinada altura, programaram outra coisa, ou eram doidos ou não percebiam nada. Foi o Sr. Secretário que disse aqui, naquela tribuna, que havia "lobbies" instituídos na medicina política que, de facto, fizeram obras nesta Região.

Eu sei que o Sr. Secretário é sincero, poderá é não querer responder, mas eu só queria fazer-lhe um desafio.

- Se neste momento na Região Açores não houvesse, nada de saúde, ou nenhuma unidade de saúde, o Sr. Secretário planeava 3 unidades, feitas em Ponta Delgada, Angra e Horta, como estão, e o resto como está? Ou planeava outra maneira? - aqui é que está o busflis da questão.

Cometeram-se erros e nós é que pagamos as favas! Aqui é que está o grande drama, Sr. Secretário! Eu digo isto não é por mal. Não me diga que é demagogia! Nós sentimos na carne os problemas, se se cometeram erros - já o disse - nós não temos culpa.

Mas, não se pode emender o que foi mal feito?

Era essa a pergunta que lhe fazia; se o Sr. planeasse de novo e planeasse sem nada haver, fazia o que está feito? Não acredito, Sr. Secretário, porque o Sr. é suficientemente inteligente para não fazer o que está feito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Simas Santos.

Deputado Simas Santos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Gostaria só de, ao iniciar esta minha breve intervenção, dizer que, de facto, é extremamente patente a fragilidade dos argumentos do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Os seus é que são!

O Orador: São opiniões!

Fiquei um pouco chocado - talvez seja um termo exagerado - com a sua referência às campanhas da 5ª Divisão quando falei num programa de "Educação para a Saúde". Só posso entender isso como uma maneira demagógica - e pouco hábil, acrescentaria - de fugir à questão real. O que se pretende, Sr. Secretário, é uma coisa que, é evidente, nunca terá nesta Região uma intervenção activa da comunidade por geração espontânea. O Sr. sabe isso tão bem como eu! Mesmo que o Sr. tenha, individualmente, grupos de profissionais devidamente habilitados e sensibilizados, terá que haver um "interfase" - passe a expressão - que una e que potencialize esses profissionais preparados que, de resto, nem existem.

Portanto, quando o Partido Socialista propõe um programa de "Educação para a Saúde", pretende instituir um "interfase" que vá potencializando a formação desses profissionais, quando ela existe, e quando ela não existe a promova e, num segundo tempo, consiga fazer a ligação desses profissionais entre si e entre profissionais e a comunidade.

É justamente isto que se passa, Sr. Secretário! É justamente por os profissionais não estarem ligados, não terem nenhum "interfase" institucional, é porque entre os profissionais da saúde e a comunidade também não existe "interfase" institucional que jamais, sem ele ser criado, se conseguirá a participação activa das populações.

Faço-lhe justiça, Sr. Secretário, que, por razões políticas óbvias, tenha tido esse tipo de argumentação e faço justiça que perceba exactamente aquilo que estou a dizer.

O Sr. Secretário, pelos vistos, é um homem que argumenta aos mais variados níveis da passividade. Quando eu falei na investigação e o Partido Socialista propôs um aumento de dotação na investigação, o Sr. veio com o mesmo tipo de argumentos que usou em relação ao meu camarada Carlos César, ou seja: se houver investigadores que queiram investigar, o Governo Regional apoia; se não houver, ficamos assim mesmo!

É lamentável que o Sr. tivesse dito isso! Estamos novamente na mesma situação, porque há dois tipos de argumentos que são evidentes

desde o princípio:

O primeiro deles é o de que é preciso promover, nos jovens profissionais, o gosto pela investigação: é preciso que eles se sintam gratificados por essa investigação; é preciso que nós tomemos uma atitude activa e que vamos junto deles;

Em segundo lugar - parafraseando o Sr. Secretário que gosta muito de fazer referências gerais a pessoas que não nomeia - tenho falado com muitas pessoas que não se fixam na Região Autónoma dos Açores, e que estavam dispostas a trabalhar na área da investigação, justamente porque sentem que não têm qualquer futuro, nessa área, aqui nos Açores.

Daf que me pareça que é perfeitamente importante que seja o próprio Governo a tomar, neste campo, também, a iniciativa, naturalmente obtendo para isso a concorrência e o apoio das várias instituições e, como disse (e muito bem, estou perfeitamente de acordo!) a universidade.

Em relação à questão da formação, o Sr. Secretário surpreendeu-me porque, de facto, sendo um dos homens partidários da regionalização, tenha, pelos vistos, alguma inibição em admitir a necessidade da constituição, na Região, de um Instituto Regional de Clínica Geral, por exemplo.

É perfeitamente possível, é no plano institucional desejável, e penso que as insuficiências que o próprio Instituto de Clínica Geral do Sul tem em promover a formação dos profissionais da área de clínica geral que trabalham no Continente, naturalmente, por razões acrescidas, será maior para assegurar a formação desses profissionais desta Região.

Aqui fica - e eu não quis explicitar na minha intervenção mas faço-o agora - o repto para a criação, nesta Região, de um Instituto Regional de Clínica Geral.

Em relação a S. Roque, e aqui, Sr. Secretário, lamento também - não o farei no tom do meu camarada Manuel Serpa - mas é de facto lamentável que o Sr. tenha trazido para esta Casa uma demagogia do mais baixo nível, ao afirmar que o Partido Socialista pretende é que não se construa nada em S. Roque do Pico.

Isso é rigorosamente uma observação perfeitamente gratuita da sua parte! O Partido Socialista acha que se deve fazer uma unidade de saúde em S. Roque, mas não esta, porque esta unidade de saúde será um desperdício, será uma unidade rigorosamente supérflua, pela simples razão de que, se ela tiver como objectivos únicos os de um Centro de Saúde igual aos dos outros concelhos, estaremos a fazer uma unidade que é perfeitamente desnecessária, porque eu afirmo aqui, e lanço o repto ao Sr. Secretário para me provar em documento escrito - não na sua

forma habitual palavrosa mas, de facto, em documento escrito - que as actuais instalações do Centro de Saúde de S. Roque não são suficientes para o que dele se exige.

A minha afirmação vai justamente no sentido oposto. Admito que haja alguns pequenos acertos, algumas ampliações, algumas correcções a fazer mas, para Centro de Saúde, o que existe, neste momento, é perfeitamente suficiente. Mas acrescento - e naturalmente isto ficará registado no Diário das Sessões para que depois não haja confusões - que a **Ilha do Pico** - e continuo a afirmar - **tem que ter um hospital de ilha**. E não venha o Sr. dizer-me que isto significa não querer construir nada em S. Roque ou que isso significa - que é outra demagogia que o Sr. utilizou doutra vez, não hoje - que os Picoenses querem que se faça outro disparate no Pico igual ao que se fez na Horta. Não querem! Querem é um hospital de ilha, que não tem nada a ver com o Hospital da Horta: um hospital de ilha que tem é valências que, pela sua natureza, em regras do mais elementar bom senso de planeamento - não preciso de ser, de facto, um "expert" em planeamento - terão que ter âmbito de ilha.

Foi isto que se disse; é isto que se afirma: S. Roque sim! Faça-se uma unidade, mas faça-se uma unidade diferente: uma unidade vocacionada para assegurar, nas valências que tive ocasião de referir, o âmbito de ilha.

É esta, de resto, a política que os deputados do Pico do Partido Socialista têm defendido, não só em relação à saúde, mas também em relação às escolas, em relação aos portos, etc..

Finalmente, queria terminar, enfim, com algum desgosto, com algum pesar de, pelos vistos, não ter feito o Sr. Secretário perceber a questão do centro hospitalar de Ponta Delgada. Não vejo o que é que isso tem a ver com a duplicação de cozinhas e de outras coisas. Poderá perfeitamente utilizar as mesmas instalações - a mesma cozinha, a mesma lavandaria, etc.. Não é isso que está em causa! O que está em causa é a complementarização; o que está em causa será utilizar um hospital que será, pelas suas características (e tanto quanto sei do projecto) um hospital de ponta, que vai suprir necessidades que poderiam e deveriam ser supridas por um hospital muito menos diferenciado e que, naturalmente, a dimensão do Concelho de Ponta Delgada e da Ilha de S. Miguel em geral, justificariam plenamente.

Muito obrigado.

Presidente: Estando esclarecido este assunto, tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Falar de Segurança Social, na discussão deste

Plano para 1988, representa correrem-se dois riscos:

Primeiro, analisarmos com demasiada ligeireza um sector, cuja política seguida desde o início é, indiscutivelmente, motivo de satisfação para os Açorianos e factor de projecção da política regional, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Não nos envergonhamos de ombrearmos com situações existentes em países como a Holanda e a Inglaterra, no sector da Segurança Social dos rurais.

O segundo risco que corremos, assenta no facto de podermos ir de encontro a alguma preocupação que a oposição tem de ver que efectivamente, nesta área, como noutras, o seu pensamento e a sua análise política é de concordância com a actuação do respectivo sector governamental.

O esforço realizado ao longo dos anos de governação Social-Democrata, na área da Segurança Social, tem efectivamente, cumprido, um dos vectores basilares em que assenta a filosofia Social-Democrata - respeito e dignificação da pessoa humana.

Mais do que cumprir essa vertente do pensamento Social-Democrata, a Segurança Social, nesta Região, tem contribuído efectivamente para que todos possam, com as carências sentidas e de acordo com o seu nível de rendimento, usufruir dos benefícios que uma vasta rede de serviços de âmbito social, fruto da política do sector para a Região, proporciona aos utentes ao longo de todas as zonas da nossa Região.

Duma aposta tímida esboçada nos primeiros anos de regime autonómico, a Segurança Social, cujo investimento para 1978 foi de 42.500 contos, contém inscrita no Orçamento de 1988 a verba de 481 mil contos.

Parece-nos assim, que um dos objectivos do PMP nessa matéria, ou seja "proteger os indivíduos e as suas famílias nas situações de falta ou diminuição de meios de subsistência resultantes nomeadamente de incapacidade para o trabalho, desemprego involuntário, da velhice ou morte" se tem conseguido com certa coerência e realismo.

É aliciante esta perspectiva de solidariedade social, e aqui também se sentem os ventos de mudança, na perspectiva de que felizmente em todas as ilhas o progresso se sente, e já não é preciso recorrer a uma longa burocracia, podendo, pois, no imediato, ter-se a resolução de muitos problemas, que se enquadram nessa área específica do Plano. É evidente um caminhar para a descentralização e melhoria dos serviços, que a regulamentação do Decreto Legislativo Regional nº 11/87/A de 26 de Junho proporcionará.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A acção na área das infraestruturas de apoio à infância e à juventude, bem como o reapetrecha-

mento das estruturas existentes, marca bem um sinal claro e realista de que aí também se atende aos estratos da sociedade menos favorecidas, permitindo que todas as crianças, cujos pais assim o entendam, tenham acesso a um ambiente diferente mas a um tratamento igual, contribuindo-se assim positivamente para que desde uma fase muito inicial da vida se vão ganhando pequenas experiências, fomentando sentimentos de amizade e que são pequenas sementes, que amanhã poderão dar frutos proveitosos, na busca sempre constante de uma sociedade mais justa e mais humana.

O programa 15 - Apoio a Idosos - tem permitido que, por todo o arquipélago e em colaboração com as Instituições Privadas de Solidariedade Social, se tenha remodelado e criado uma rede de Lares para Idosos, com um nível e uma assistência correcta e humana, permitindo, a quem entra numa fase mais avançada da vida, sem muitas vezes terem alguém a quem se possa acolher, poder aí encontrar um razoável conforto material e a esperança de algum carinho humano.

Não falamos muito das estruturas dos grandes investimentos feitos nessa área, porque esses empreendimentos são, na sua parte física, o tal "betão armado" de que a nossa actual e ainda duradoira oposição não aceita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mas o que mais preocupa a oposição na área da Segurança Social, como noutras, é uma obra correcta, bem dimensionada, e melhor utilizada, salvo algum exagero, que por toda a nossa Região se pode verificar e analisar.

Refiro-me, logicamente ao Programa 16 - Apoio à Comunidade. Não são os edifícios em si que contam, mas sim as acções e as funções que os mesmos podem trazer e, essencialmente, às nossas comunidades rurais.

Essas obras, levadas a cabo ao longo de todos estes anos de Governação Regional, e cuja dotação para 1988 se situa na ordem dos 197.000 contos, permitindo à Região fazer acções em todas as nossas ilhas, à excepção do Corvo, na construção e remodelação de cerca de 41 edifícios, prova inequívoca da capacidade de realização deste Governo.

Caberá assim, hoje e no futuro, às comunidades rurais, gerirem os seus recursos de ordem cultural, social e desportivo, de forma a darem vida e corpo a essas mesmas obras, contribuindo assim o binómio Governo/População para que o nível de vida das nossas populações rurais tenha efectivamente um avanço, criando-se novos conceitos e hábitos de índole social e melhorando, numa perspectiva de livre iniciativa cultural, sem dirigismos, o ambiente das nossas comunidades rurais, base fundamental para o desenvolvimento e projecto sempre renovado da experiência autonó-

mica.

"Parar é morrer", e esta Região não pode, à custa de algumas benesses ou de alguma projecção política, ficar-se por um "doce enleite", ou adormecer à custa de muito já conseguido.

Como alguns - talvez a maioria da população dos Açores - não aceito travões, venham de onde vierem, ao processo Autonomo. Para tal, é suficiente pensar, analisar e comparar, a evolução conseguida nestes anos, e que melhor comparação do que a evolução conseguida na Segurança Social e na Saúde.

Ninguém pode em consciência, nesta Casa, ou lá fora, tendo por base o seu nível intelectual ou a sua capacidade de argumentação de ocasião procurar calar a verdade tão evidente, em obras e em realizações sociais, de que o caminho certo e correcto é a aposta numa Autonomia forte, coerente, moldada sempre no desejo dos Açorianos, de irem em frente no respeito pela Constituição, mas na busca de melhores dias para a geração do amanhã.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado António Silveira:

Eu queria-lhe pedir - se tiver a bondade de me fornecer - um único esclarecimento, que é o seguinte:

A breve trecho da sua intervenção, o Sr. refere mais ou menos isto: "Felizmente todas as crianças deste Região têm possibilidade de ter acesso - o que é, de resto, de direito e de justiça que tenham - aos estabelecimentos infantis que se poderão classificar de "Jardins de Infância", bem como, integre nesse contexto, às escolas do grau pré-primário".

A pergunta é a seguinte:

- Na sua ilha todas as crianças, ou melhor, a sua ilha tem capacidade para albergar todas as crianças entre os 3 e os 6 anos, quer, por um lado, em "Jardins", quer, por outro, em pré-primário?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Felizmente, na minha ilha, e nessa área da Segurança Social, o esforço conseguido é bastante significativo. É evidente que noutras áreas não será assim. "Todas as crianças" talvez será uma força de expressão, mas efectivamente - e eu queria que a minha intervenção fosse entendido nesse sentido - todos os estratos sociais,

e no caso concreto da minha ilha, quase todas as crianças - efectivamente posso dizê-lo porque é uma verdade, é uma realidade, uma vez que S. Jorge tem 4 Jardins Infantis - terão acesso.

Talvez seja uma força de expressão o "todas", e eu penalizo-me realmente, mas aceito que, nessa área, a obra realizada merece o nosso apoio e a nossa concordância.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para prestar um esclarecimento à Câmara.

Foi com a maior seriedade que lhe fiz a pergunta e agradeço-lhe a honestidade e a seriedade que colocou na sua resposta.

O esclarecimento que eu quero prestar à Câmara é que, tendo S. Jorge 4 Jardins de Infância - não perguntei também ao Sr. Deputado e não sei quantas escolas pré-primárias - e tendo o Sr. Deputado acabado de referir que "quase todas as crianças" têm, de facto, acesso nessa fase etária, entre os 3 e os 6 anos, a esse tal meritório ensino, devo dizer à Câmara e ao Governo Regional que, na minha ilha, que tem sensivelmente 50% da população de S. Jorge (um pouco mais) existe um único Jardim de Infância com a capacidade - se não me falha a memória - para 28 crianças, e a nível de escolas pré-primárias talvez umas 4 ou 5.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, a situação é completamente diferente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Talvez, se nesta sinceridade com que estamos discutindo isto, gostaria de dizer que, na Ilha de S. Jorge, existem 4 Jardins de Infância, mas alguns foram construídos em colaboração com outras entidades. A sua manutenção está, como logicamente seria de esperar, a cargo da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, mas houve também, por parte de algumas entidades, colaboração na construção dessas estruturas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um esclarecimento complementar, face àquilo que o Sr. Deputado António Silveira me refere: é que, na Graciosa, o único que existe foi (senão em exclusivo, mas talvez quase em exclusivo) pela actividade da Santa Casa da Misericórdia da ilha.

O Governo tem, de facto, prestado apoio - o que de resto não é mais do que o seu dever - mas a iniciativa foi da Santa Casa da Misericórdia da ilha. Não há nada, em exclusivo, nessa matéria, do Governo Regional!

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, se este assunto está esclarecido, vamos fazer um intervalo de 20 minutos para continuarmos, depois, os nossos trabalhos.

(Eram 17,20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18,00 horas)

Na continuação da apreciação, na especialidade, destes documentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores entregou ao Parlamento Açoriano, para além do Orçamento para 1988, a proposta do Plano para o mesmo ano, a qual fez acompanhar de um anexo explicativo dos objectivos propostos no Plano.

Julgo que o Governo cometeu uma imprecisão, na medida em que, da leitura destes documentos, teria que concluir que faltaria, por parte do Governo Regional dos Açores, a necessidade de anexar ao Plano um outro factor: uma caixa contendo óculos com lentes de aumento e de tonalidade cor de rosa! É evidente que só usariam esses óculos os deputados que entendessem e, pela parte do Partido Socialista, nenhum deputado os iria usar.

Verifica-se, por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que, pela primeira vez, o Governo Regional dos Açores vai acabando por dar razão à oposição, nas diversas críticas, pela oposição, ao longo de todos estes anos expandidas, relativamente a erros e a insuficiências do Governo.

Só que o Governo introduz, neste debate, um factor novo: o Governo começa a admitir os seus próprios erros, as suas próprias insuficiências, mas vai, desde logo, tentando uma antecipação no sentido de uma acção de desmontagem dos argumentos da oposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 1988, bem como o respectivo Orçamento, está aprovado na generalidade.

O Governo conseguiu ver estes diplomas aprovados, na generalidade, por uma curta margem de votos...

Deputado Fernando Faria (PSD): Foram 24 votos!

O Orador: ...valendo-lhe a aprovação isolada...

Deputado Fernando Faria (PSD): Isolada?!

O Orador: ...da bancada do PSD. Foram, salvo erro, 6 votos de diferença que fez passar o Plano e Orçamento para 1988 do Governo Regional dos Açores.

Deputado Fernando Faria (PSD): Não foram 6 mas, sim, 8 e o Sr. Presidente não conta!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na discussão que agora decorre na especialidade...

Deputado Fernando Faria (PSD): Fica registado para a história!

O Orador: ...estamos confrontados com a circunstância dos Senhores Secretários Regionais, para além de se limitarem à respectiva intervenção destinada a explanar os motivos ou razões das correspondentes políticas sectoriais ou se recusarem a responder aos pedidos de esclarecimento providos dos deputados da Oposição, cabendo, pelo que parece, ao Sr. Presidente do Governo, na sua intervenção, dar as respostas às perguntas formuladas, pela Oposição, aos Membros do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É razão para dizer-se que **o Governo Regional do PSD vale zero.**

Deputado Fernando Faria (PSD): Vale o quê?

O Orador: Vale zero!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Além do mais falta ao Governo o sentido de criatividade necessária para imprimir um cunho de modernidade aos Açores, limitando-se a repetir promessas já anteriormente feitas e ainda por cumprir.

Deputado Fernando Faria (PSD): Eu já ouvi isso!

O Orador: Porque nós, há anos, Sr. Deputado, que vimos dizendo sempre estas coisas em função das coisas que há anos o Governo vem prometendo sem cumprir.

Deputado Fernando Faria (PSD): Vocês também são repetitivos. Onde é que está a criatividade?

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que me darão razão...

Deputado Fernando Faria (PSD): Lá isso dão!...

O Orador: ...ao dizer que uma política de planeamento que não tenha em linha de conta as reais capacidades de concretização - na vigência temporal do respectivo Plano - referente aos objectivos propostos, não é uma política de planeamento credível.

Deputado Fernando Faria (PSD): Não vais a Ministro!!!

O Orador: Uma acção política correcta tem de assentar, antes de tudo o mais, numa postura de seriedade dos governantes para com os governados.

Não é o caso do Governo Regional que temos. Modesto na capacidade de realização, este Governo Regional é, contudo, mestre na arte de bem-

-prometer.

Deputado Fernando Faria (PSD): Foi ali que aprendeste!

O Orador: Senão, vejamos o discurso do Governo Regional, expresso em documento oficial, relativamente à Segurança Social, onde se diz que o objectivo genérico "é o de proteger os indivíduos e suas famílias nas situações de falta de diminuição de meios de subsistência resultantes nomeadamente da incapacidade para o trabalho, do desemprego involuntário, de velhice ou morte, mediante a contribuição de todos para o financiamento do sistema". Mas, onde está a correspondência prática dessa protecção?! Por acaso considera o Governo que a maioria dos que recebem pensões de velhice, ou por incapacidade para o trabalho, podem viver condignamente com a miséria dessas pensões?

E como pensa este Governo de como viverão os trabalhadores e suas famílias, perante situações de desemprego involuntário?!

E relativamente à saúde que diz este Governo?

Este Governo diz que as acções concretas e as medidas de política a executar "relativamente a este sector terão de se referenciar pelo princípio segundo o qual todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover".

Mas que faz este Governo aos que estão doentes e esperam meses e meses por uma consulta médica?!

E que faz este Governo perante aqueles que estão doentes e esperam meses e meses para conseguirem uma intervenção cirúrgica?!

E os que para irem em busca da saúde perdida, têm de abandonar temporariamente a sua ilha para se deslocarem para outra ilha ou para o Continente?

Acha o Governo Regional que o subsídio diário atribuído, dá para pagar alojamento e alimentação?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Não senhor! Não chega!

O Orador: Já sei e fiquei a saber hoje que o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais acha que não. Bem bom, Sr. Secretário, vem tarde, mas a tempo!

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Não é para chegar, Sr. Deputado!

O Orador: Devia chegar, na nossa óptica! Mas admitimos, Sr. Secretário, que ao Governo possa competir uma comparticipação nos custos dessas deslocações. O que nós dizemos - e penso que o Sr. Secretário está de acordo pela sua intervenção - é que essa comparticipação é ainda no presente insuficiente, extremamente insuficiente, e que deve, urgentemente, ser aumentada!

Como consegue este Governo falar em protecção e no direito de todos à saúde, com situações que aqui referi, que alguns continuam teimosamente a tentar dizer que não existem, mas que o Povo dos Açores, aqueles que necessitam, esses são

os testemunhos reais de que, infelizmente, não há devida e condigna protecção à saúde nos Açores?!

A resposta poder-se-á encontrar nas verbas do Orçamento, onde se atribui para o sector da saúde 5,74%, da dotação global do Orçamento e 1,86% para a Segurança Social!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS é sensível à criação de condições de bem-estar referentes à infância e à juventude, bem como aos idosos e à comunidade em geral.

Para nós, Socialistas, a Segurança Social, por muito bem organizados que estejam os seus serviços, nos Açores, (situação que reconheço e aprovo) não se esgota, no entanto no seu aspecto sectorial, dissociada e divorciada de tantos e tantos outros factores que a condicionam e influenciam.

O estado da economia, o nível de vida e o correspondente poder de compra, a saúde, a educação, a cultura, são factores determinantes nos índices de bem-estar social.

Onde não há progresso e desenvolvimento, não há riqueza produzida; situações que só existindo e com justa repartição é que poderá haver bem-estar social e boa Segurança Social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com estas considerações, que marcam as nossas diferenciações de fundo, quanto a este Governo Regional, o Partido Socialista irá dar o seu voto favorável ao Programa nº 14, do Plano, e que se refere ao "**Apoio à Infância e Juventude**", deixando bem claro, que é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional do PSD, a atribuição a este Programa de somente 0,53% da dotação global do Orçamento.

Da mesma forma votaremos, também favoravelmente o Programa nº 15, do Plano...

Deputado Fernando Faria (PSD): Para quê?

O Orador: ...que se refere ao "**Apoio a Idosos**".

Deputado Fernando Faria (PSD): Olha! Vejam só!!!

O Orador: Apercebo-me de que o Sr. Deputado Fernando Faria goza com uma situação que, de facto, em meu entender e da minha bancada do Partido Socialista, é extremamente séria e extremamente grave!

Deputado Fernando Faria (PSD): Se não te conhecesse!...

O Orador: ...deixando bem claro, também, que é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional do PSD a atribuição a este Programa de somente 0,48% da dotação global do Orçamento.

Votaremos, também, favoravelmente o Programa nº 16, do Plano, que se refere ao "**Apoio à Comunidade**" e que tem por objectivo, segundo o Governo, "apoiar financeiramente as Casas do Povo na construção e ampliação de edifícios polivalentes

por forma a dar melhores condições para o desenvolvimento das actividades culturais e recreativas e facultar instalações condignas para terminais de Saúde e Segurança Social".

Desta passagem, contida na proposta do Plano para 1988 - Anexo - a páginas 64, não posso deixar de estranhar a ausência de qualquer menção, por parte do Governo, relativamente a facultar nesses polivalentes instalações condignas para os órgãos do Poder Local, ou seja, a Junta de Freguesia e respectiva Assembleia.

Nos polivalentes já existentes, as Juntas de Freguesia e respectivas Assembleias são simplesmente toleradas - diria - de forma vexatória, concedendo-lhes nesses enormes edifícios, um modesto quartito.

Esta é uma das grandes diferenças que referenciam o PS em relação ao Governo Regional do PSD.

Deputado Fernando Faria (PSD): Isso é profundamente idiota!

O Orador: Nós, Partido Socialista, defendemos que a maior importância deve ser conferida aos órgãos da Freguesia: a Junta de Freguesia e respectiva Assembleia.

Preocupa-se o Governo Regional do PSD em contemplar de forma significativa aquilo que foi uma das obras de propaganda política do ditador Oliveira Salazar, ou seja as Casas do Povo;

Deputado Fernando Faria (PSD): Não percebes nada disso!

O Orador: Hoje, nós Açores, esvaziadas de uma das principais actividades - que aliás as justificaram na altura - desde que se procedeu, e nisso o PS se empenhou, à integração dos trabalhadores rurais no regime geral da Segurança Social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Programa do Plano, o nº 16, surge aos nossos olhos, como a mais evidente arma de propaganda política do Governo Regional do PSD, com vista à próxima campanha eleitoral para a Assembleia Regional dos Açores.

Não se distinguindo bem onde vai incidir a construção ou a remodelação, o certo é que o Governo promete contemplar **três** Casas do Povo na Ilha de Santa Maria; **doze** Casas do Povo na Ilha de S. Miguel; **seis** Casas do Povo na Ilha Terceira, **uma** Casa do Povo na Ilha Graciosa; **quatro** Casas do Povo na Ilha de S. Jorge; **nove** Casas do Povo na Ilha do Pico, **quatro** Casas do Povo na Ilha do Faial e **três** Casas do Povo na Ilha das Flores.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Muito obrigado, Sr. Deputado!

O orador: Só, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, a coitada Ilha do Corvo ficou de fora.

Para toda esta demagogia eleitoralista o

Governo Regional do PSD atribui 0,76% da dotação global do Orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que o sistema da Segurança Social seja um contributo essencial para uma maior e mais justa repartição de rendimentos é importante que em nome da defesa dos mais desprotegidos, em nome da defesa dos mais desfavorecidos, se seja intransigente, quer com os que não pagam as suas contribuições, quer com os que recebem benefícios indevidamente.

Para isso, há que ter a coragem que este Governo não possui.

Há que moralizar o funcionamento do sistema no que respeita à utilização abusiva e à fuga de contribuições, para além de se tornar indispensável uma maior racionalização e eficácia dos serviços respectivos, com vista a transformar a Segurança Social no resultado compensador de quantos fazem do trabalho o meio de estar na vida com dignidade.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS e de alguns Deputados do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é bem para um protesto, mas, sim, para prestar um esclarecimento e avivar a memória do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt que, não obstante algum tratamento dos números, em termos percentuais, as pessoas dificilmente se apercebem, no meio de todos estes números que vão aqui por volta deste Plano, porque aquilo que as pessoas percebem e entendem é aquilo que vai ficando construído nas suas comunidades, para seu serviço e para serem utilizadas livremente pelas pessoas.

Gostaria de rejeitar a afirmação que o Sr. Deputado fez relativamente a uma comparação que fez, respeitante às Casas do Povo e ao seu possível inspirador.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que, quando se começaram a construir as primeiras Casas do Povo na Região, esses edifícios polivalentes, melhor dito, estavam a cargo das Juntas de Freguesia, até que foi legislado sobre matéria de Finanças Locais e os apoios que o Governo dava para a construção desses polivalentes, através das Juntas de Freguesia, ficou perfeitamente vedado.

A situação que se criou foi a necessidade de dotar as freguesias com edifícios polivalentes, feitos, construídos, dirigidos, através de uma entidade que fosse possível apoiar, sem, de forma alguma, ter em mente aquilo que o Sr.

Deputado pretende insinuar e que não corresponde, de maneira nenhuma, à verdade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pensava que o Sr. Deputado Madruga da Costa e líder da bancada do PSD fizesse referência a outros aspectos extremamente importantes da minha intervenção.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Importantes para o Sr. Deputado!

O Orador: Não o fez! Preferiu recolher a estocada que eu, de facto, enviei, e o Sr. Deputado reagiu como normalmente reage a população no seu adágio próprio que diz que "quem não se sente não é filho de boa gente".

Mas, Sr. Deputado, eu quero esclarecê-lo numa perspectiva perfeitamente séria porque, de facto, o que está em causa é, neste caso, uma perspectiva diferente entre a política do PSD e a política do PS. O PS apoia - e nós vamos votar favoravelmente, tal como eu disse - o programa que visa a construção de polivalentes, mas o PS já não entende bem que esses edifícios polivalentes, que são totalmente suportados pelo Orçamento da Região, sejam entregues a uma entidade de direito privado.

Ora, o Governo tem dois vectores nesta matéria: diz que vai construir os polivalentes, que é para a Saúde, para a Segurança Social, é um quartinho para a Junta de Freguesia, mas, na fachada exterior do edifício, põe em grandes letras "Casa do Povo".

Sr. Deputado, eu não digo isto com qualquer resquício de qualquer ordem, mas a verdade é que as Casas do Povo foram criadas pelo ditador Oliveira Salazar e constituíram, na altura, uma das suas grandes armas de propaganda do regime de então.

Bom, o que acontece é o seguinte: os tempos mudaram, mas é necessário que se mudem também algumas vontades!

Nós não somos contra a existência das Casas do Povo, desde que devidamente localizadas nos seus estatutos próprios, para as suas acções culturais e recreativas, mas entendemos que, em matéria de apoio da política governativa, em termos de segurança social, em termos de saúde, nos seus factores de descentralização, que nós apoiamos, a entidade que deve superintender esses serviços na comunidade, que é a freguesia, deve ser o governo da freguesia, deve ser a Junta de Freguesia.

Portanto, a nossa diferença é esta: nós pretendemos dar o relevo que deve ter no Portugal Democrático, nos Açores Democráticos o Poder

Local, e o PSD, pelos vistos, não tem tido essa mesma concepção.

Para nós, a questão coloca-se nestes termos: há, de facto, uma grande demagogia!

Julgo que o que o Governo pretende fazer é outra coisa: é aproveitar um sentimento que é popular, de muitos e muitos anos, de afeição da população às chamadas "Casas do Povo" para continuar a dizer que estão a investir naquilo que é de agrado das Casas do Povo e que é de agrado da população.

Nós não estamos frontalmente contra essa situação! Nós entendemos é que uma acção moderna, de um Governo moderno, de um Governo Democrático, deve proceder à descentralização dos serviços de segurança social, deve proceder à descentralização dos serviços de saúde, criando os seus postos terminais nas freguesias, mas deve atribuir a superintendência desses serviços ao governo legítimo da freguesia que é a Junta de Freguesia.

É só isto! Não tem nada de dramático! É uma perspectiva diferente: poderemos respeitar a vossa, estou certo que, com certeza, respeitarão a nossa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar e pedir um esclarecimento - essencialmente prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Penso que a sua posição se baseia no desconhecimento ou, pelo menos, numa menor consideração por alguns aspectos essenciais.

As Casas do Povo foram efectivamente criadas noutros tempos e foram criadas como instituições corporativas. Hoje não o são, porque o respectivo estatuto foi revisto, e são associações - associações privadas - que têm os seus associados, as suas eleições, as suas quotas, enfim, são uma associação como outra qualquer.

Além disso, têm também os seus trabalhadores, e quando a Assembleia Regional uniformizou o regime de segurança social, ou aplicou o regime geral de segurança social aos trabalhadores rurais, retirou aquilo que era a actividade fundamental das Casas do Povo que, no entanto, ficaram lá com os respectivos funcionários. Os funcionários das Casas do Povo estão lá e são eles que nos prestam aquele serviço de terminais de saúde e de segurança social.

O Sr. Deputado defende que isso passasse para a Junta de Freguesia. E manda os 300 trabalhadores das Casas do Povo para casa e desaproveita a experiência desses funcionários, Sr. Deputado?!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Sou um pouco suspeito para falar destes assuntos porque sou Presidente de uma Junta de Freguesia que, algumas vezes, se tem visto confrontado com atitudes de contrapoder, tomadas pela respectiva Casa do Povo.

Estou com grande curiosidade de saber o que é que vai acontecer à Casa do Povo da Fajã de Baixo, que cobre duas freguesias que, no total, somam cerca de 10 mil habitantes, mas tem apenas 36 sócios em condições de votar nas eleições cujo processo está a decorrer neste momento.

A respeito do que disse o nosso prezado colega desta Assembleia, Sr. Deputado Madruga da Costa, no sentido de que o Governo Regional passou a apoiar as Casas do Povo por causa da "Lei das Finanças Locais", eu peço desculpa, mas tenho, de facto, uma grande discordância a esse respeito.

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, numa acção, aliás, meritória, tem construído esses edifícios sem qualquer encargo para as entidades que beneficiam deles - que, no caso vertente, são as Casas do Povo. Podiam muito bem construí-los para as Juntas de Freguesia que são, de facto, o governo da freguesia.

Ora, isso não implica absolutamente nada com a "Lei das Finanças Locais" e, se implicasse, podiam ser feitos acordos de cooperação com a Administração Local, semelhantes àqueles que acontecem noutras áreas.

Os acordos de cooperação em vigor podiam ser perfeitamente assumidos pelas Juntas de Freguesia que têm, por lei, o encargo de colaborar com o Governo "em todas as matérias que tenham que ver com os interesses da respectiva população".

Quanto aos empregados das Casas do Povo, que são pagos - se não me engano - pelos Centros de Prestações Pecuniárias de Segurança Social e não pelas Casas do Povo porque uma Casa do Povo que tem 36 sócios não pode pagar a ninguém (nem sequer, sei se pode pagar a água e a luz porque cada sócio paga 360\$00 por ano), esses funcionários - e isso seria uma acção também muito meritória da parte do Governo - podiam ser simplesmente colocados nas Juntas de Freguesia e continuarem a ser pagos pelo Governo como está a ser.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito daquilo que eu iria dizer já foi dito

pelo meu companheiro de bancada, Deputado João Carlos Macedo.

O meu camarada João Carlos Macedo disse, de facto, o essencial, mas eu gostaria de dizer ao Sr. Secretário dos Assuntos Sociais que, nesta matéria, o que está realmente em causa é uma diferente concepção por parte do PSD relativamente ao PS ou vice-versa: o PSD entende que essa é a melhor forma, isto é, de construir grandes e bons edifícios, chamados polivalentes, e entregá-los às Casas do Povo - que são entidades de direito privado -; o Partido Socialista tem outra perspectiva nessa matéria. É natural e, por isso, é que estamos em bancadas diferentes!

Mas a questão é esta: Se existem os terminais de segurança social e de saúde nos edifícios polivalentes propriedade das Casas do Povo, tanto quanto eu sei - e vi o Sr. Secretário fazer um sinal negativo - mas tanto quanto eu sei, o serviço que é prestado pelos funcionários das Casas do Povo, por exemplo para as acções de Segurança Social, são pagos pela Segurança Social, ou melhor, já estão a ser pagos pela Segurança Social, e, portanto, não vejo qual era a diferença em serem pagos da mesma maneira mas com a superintendência de outra instituição - em nossa opinião com mais legitimidade porque é o órgão da freguesia.

Quanto aos outros 300, há com certeza necessidade de se continuar a aproveitar os seus serviços: uns poderiam ser integrados nas áreas da Função Pública viradas para o recreio e a cultura e, inclusivamente, as Casas do Povo, como entidades de direito privado, necessitando de alguns, com certeza que poderiam também continuar a desenvolver actividades recreativas e culturais porque isso, se calhar, até era um factor, digamos, de enriquecimento, não digo concorrência por concorrência, mas pela concorrência salutar, em que o Estado teria os seus próprios serviços e a entidade privada - neste caso as Casas do Povo - continuariam a ter o seu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ninguém pode duvidar que, no campo das infraestruturas o Governo tem vindo a promover a construção de edifícios polivalentes nas freguesias da nossa Região para sedes das Casas do Povo, ficando estas com boas condições para servirem de terminais de Saúde e de Segurança Social e ainda para actividades culturais e recreativas.

Na Graciosa estão em funcionamento duas estruturas deste tipo - a Casa do Povo de Guadalupe e a Casa do Povo da Praia. Esta pretende ainda remodelar mais um edifício adquirido ao lado

e essas obras estão contempladas no Plano do Governo para o próximo ano (Programa 16, projecto 4). Espero também que a Freguesia da Luz, apesar de possuir uma adequada Sociedade recreativa e cultural - sede da Filarmónica local - venha a ser contemplada no próximo Plano com verba para a construção de um polivalente, pois o edifício onde a Casa do Povo está instalada não reúne as condições necessárias.

Em quase todas as ilhas existem edifícios construídos para creches, jardins de infância e para apoio à terceira idade.

A construção do Lar de Idosos de Santa Cruz da Graciosa foi adjudicada à Sociedade de Construções Soares da Costa e espera-se que daqui a um ano esteja já numa fase bastante adiantada.

Há vários anos que vimos pedindo a ampliação do Hospital da Graciosa. As obras têm sido adiadas apesar de ser manifesta a falta de espaço para os serviços.

No Plano aprovado há um ano previa-se a "continuação e conclusão da construção da residência" para a instalação das religiosas que ocupam parte do Hospital e lá prestam serviços.

Nada foi ainda executado.

Quero acreditar que o próximo ano seja o da concretização dessas obras, até porque as verbas consignadas têm já algum significado - 20.000 contos para a remodelação e ampliação da unidade de saúde e 3.000 contos para a construção da residência para o realojamento das religiosas.

Ao longo destes anos o Governo tem, no sector da saúde, desenvolvido variadíssimas acções tendentes a conseguir os objectivos que se propôs e que eu penso poder resumir na expressão seguinte: "saúde para todos".

Reconhecemos o muito que foi feito.

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e desejo aqui afirmar que estou de acordo com o que disse. Contudo não posso deixar de dizer que o povo sente que há ainda um longo caminho a percorrer.

São necessários mais e cada vez mais competentes profissionais de saúde, pois que a sua acção tem inúmeros reflexos até mesmo na atempada deslocação dos doentes.

A saúde escolar não deve ser descurada nem as acções tendentes à prevenção da doença, uma vez que os programas do Plano que estamos a discutir contêm verbas que permitem suportar estas acções.

Referindo-me à ilha Graciosa, gostaria de dizer que o número de médicos tem-se verificado insuficiente. Estão colocados 3, mas há aproximadamente 5 meses uma das unidades ausentou-se para férias e seguidamente adoeceu não tendo ainda regressado. Com a ausência da ilha de um ou outro clínico para frequência de cursos, seminários ou outras reuniões, ficam apenas

2 ou 1 ao serviço.

Como o número de consultas é limitado, as pessoas têm de esperar muitos dias para terem vez ou então pagar a consulta, o que se torna difícil para os de fracos recursos económicos.

Afigura-se-nos, pois, indispensável a colocação de mais um médico naquela ilha.

A deslocação periódica de especialistas tem permitido que muitos doentes possam ter as consultas na própria ilha, o que constitui um grande benefício.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em termos de Acção Social Directa pensamos que há muito a fazer.

Há famílias carenciadas de meios financeiros, mas também de conhecimentos a todos os níveis, o que provoca graves problemas, quer nas próprias casas (sendo os filhos as principais vítimas), quer na sociedade. A acção de educadoras sociais nalgumas ilhas, nomeadamente na Graciosa, seria bastante útil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O sistema de segurança social nos Açores, no que diz respeito a prestações pecuniárias, é reconhecido por toda a gente como bom.

Os serviços encontram-se descentralizados, existindo balcões em todas as ilhas e mesmo em muitas freguesias.

Na ilha Graciosa qualquer pessoa, que pretenda saber a sua situação perante a segurança social, dirige-se à Delegação que existe na Vila de Santa Cruz e lá recebe rapidamente a informação de que necessita, graças à informatização dos serviços.

Os subsídios de casamento são pagos imediatamente após a sua requisição e na própria freguesia. O mesmo acontecendo com os subsídios de funeral; o que demonstra a eficácia do serviço.

O abono de família é recebido no próprio mês e as pensões estão a pagamento nos dias previamente estabelecidos.

As Casas do Povo recebem também as Folhas e as Guias de Pagamento dos Contribuintes.

Os trabalhadores conhecem os benefícios da Segurança Social.

Tudo isto contribui para que as pessoas acreditem e confiem nos serviços. Todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região têm recebido auxílio financeiro para as suas actividades de apoio à infância, à juventude e aos idosos.

As afirmações que acabo de fazer, correspondem à realidade e é justo que se diga o que está bem com a mesma prontidão com que apontamos os problemas que desejamos ver resolvidos.

Antes de terminar e recordando o que afirmou o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt ao citar os programas do nosso Plano que o Partido Socia-

lista irá votar a favor, devo dizer que o Grupo Parlamentar do PSD irá também votar favoravelmente os programas que o PS vota, mas também todos os outros que o Partido Socialista não quer votar, porque consideramos que é este o Plano necessário e possível para 1988.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Que se acalmem os ânimos porque eu não vou ferir ninguém!

Tive realmente pena de não ter assistido ao início da intervenção da Sra. Deputada, porque não me encontrava na Sala.

A partir do momento em que cheguei, devo-lhe dizer, uma vez mais - e não é a primeira e espero não seja a última - que comungo de algumas das suas preocupações aduzidas. Pedi a palavra para lhe fazer uma pergunta, se V. Exa. se dignar responder-me.

Se bem percebi, a determinado passo, a Sra. Deputada refere que se verificam deslocações periódicas de especialistas à Ilha Graciosa, o que contribui para que muitos doentes - penso que foi o que está escrito e que foi lido - tenham na própria ilha possibilidade de efectuar as respectivas consultas das diferentes especialidades - foi o que a minha capacidade de absorção e interpretativa me deu oportunidade de perceber.

A pergunta é a seguinte:

Tenho estado sempre ao longo destes anos atento a este pormenor, múltiplas vezes tenho chamado a atenção - se é que é permitida a expressão - do responsável da tutela para este assunto e devo recordar-lhe que, no último ano, os especialistas que se deslocaram à Graciosa - e pelo menos no último ano tenha feito mais de 60% de permanência na ilha ou mais até-foram o otorrino, o neurologista e, já há mais de um ano, o oftalmologista. Admito que me possa esquecer de alguns - admito perfeitamente e agradecia a correcção da parte de V. Exa., ou do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, se eventualmente me esqueci de algum.

Não vou citar a lista completa dos especialistas que existem, até porque sei que há muitos que não é possível fazer a sua deslocação a ilhas como a Graciosa, porquanto os materiais indispensáveis para um cabal desempenho das suas funções não há possibilidade de se fazerem acompanhar. Mas situemo-nos tão só no campo da oftalmologia, para não falar da cardiologia, para não falar noutras. E a pergunta resume-se a isto:

- A Sra. Deputada entende que as deslocações

de especialistas, que têm sido feitas, que são as necessárias para dar resposta às carências do povo da nossa terra?!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles para prestar esclarecimentos.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Considero que estas deslocações têm sido as necessárias, mas não as suficientes.

De facto, os especialistas que citou deslocaram-se à Graciosa no corrente ano, mas também o Dr. Alvaro Gregório, que é especialista em doenças de pele, e penso que uma outra Sra. Dra. do Continente de que não me recordo o nome.

De qualquer modo, o que quis dizer na minha intervenção foi que a deslocação destes especialistas trouxe vantagens para a população daquela ilha e que é sempre necessário que se desloquem especialistas às diversas ilhas. Se outras não foram, certamente não foi por culpa do Governo, porque o Governo põe à disposição dos especialistas os meios, mas também não os pode forçar e é natural que tenha havido falta de disponibilidade da parte de alguns.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Eu pretendia, em poucos minutos, trazer aqui algum contributo de algumas reflexões, de algumas ideias, de algumas opiniões sobre os problemas em discussão e que dizem respeito a questões da Segurança Social e da Saúde.

Tenho que voltar, para abrir esta brevíssima intervenção, ao tema que me suscitou duas pequenas intervenções, sob a forma de pedido de esclarecimento, ao Sr. Secretário.

Está a decorrer esta discussão do Orçamento para 1988, está a decorrer sob uma forma nova e, no entanto, permanece sob a forma antiga a cortina de perfeita obscuridade e de não informação sobre o Orçamento, as contas, os dinheiros, o que rola - desculpem-me a expressão - através do orçamento da Segurança Social.

Não foi cumprido o que a legislação ali diz: que é uma simples informação. E não foi cumprida essa informação em relatório, nem foi cumprida verbalmente; somente foi mimoseado com umas reflexões e informações sob complicadas fórmulas. No entanto continua a acontecer o que acontece há anos...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Simples fórmulas!

O Orador: As fórmulas podem ser simples ou complicadas, mas o Sr. Secretário permitir-me-á que diga que é também extremamente simples a fórmula que usa no sentido de não mostrar

a esta Câmara uma informação suficiente sobre este problema!

A Assembleia Regional dos Açores tem o direito (mais!), tem a obrigação de conhecer uma informação, com algum rigor, sobre as receitas, sobre as despesas, sobre a forma como as despesas se fazem, sobre os saldos (se é que existem ou se não existem), como são administrados, da Segurança Social. Tem esse direito legal! Tem esse dever político e, portanto, o Governo Regional tem que, na medida das possibilidades, sem grandes exigências, mas tem que corresponder a esta situação!

Desculpem insistir, mas tenho que insistir e insistirei, porque isto arrasta-se há demasiados anos e parece-me que estamos a falar de coisas diferentes. Mas estas, não há conceitos diferentes, Sr. Secretário: é o que está; é o que é; é o que é necessário saber!

Gostava de deixar aqui uma opinião relativamente à questão já muito falada e discutida dos polivalentes.

Efectivamente, olhando para o mapa desta Região, nós descobrimos que a densidade da distribuição dos polivalentes é diferente e descobrimos que, dentro deste mapa de densidade de distribuição dessas estruturas de interesse colectivo, a ilha que ao longo destes anos tem sido mais prejudicada é a Ilha de S. Miguel.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: A situação que tem que ser posta com toda a clareza diz respeito à causa dessa situação. Até há relativamente pouco tempo, a postura, a forma de estar, a forma de exercer o poder que a classe que é dominante tem em S. Miguel, possibilitou, mais do que em outras ilhas, não olhar com suficiente atenção para este problema das estruturas básicas com interesse colectivo, com interesse popular.

Hoje em dia estou em crer que, felizmente, a situação tende a alterar-se; hoje em dia estou em crer que tende, efectivamente, a tomar uma outra forma e, para isso, têm contribuído todos os que, na sua actividade social e na sua actividade política, procuram contribuir para que as correlações de forças evoluam e se modifiquem no sentido positivo.

Não vamos brincar às falsas causas. Não é por esta ou aquela freguesia pedir ou não pedir, que há ou não há as coisas, que as coisas acontecem ou não acontecem! Isto acontece por determinantes sociais, por determinantes políticas! Tem acontecido assim, mas essas determinantes estão a ser alteradas, felizmente.

Gostaria de me referir às questões que dizem respeito ao problema dos subsídios dos utentes que têm que se deslocar de ilha para ilha ou para o Continente.

Eu compreendo as razões e a dificuldade do

problema. Eu compreendo que, principalmente a política de saúde, deve orientar os seus esforços para tentar diminuir as necessidades dessas deslocações e, portanto, na medida em que, em termos de pessoal, de equipamentos, etc., as coisas vão evoluindo e seguindo um curso normal, as necessidades dessas deslocações naturalmente têm tendência a diminuir.

Penso que a política e o caminho são esses, mas vão subsistir situações - de ilha para ilha e de toda a Região para o Continente - de necessidade.

Ora, nesses casos tem que se fazer o melhor possível para que esses utentes tenham condições minimamente dignas, no sentido de poderem utilizar essa situação.

Não é aceitável - e permitam-me que o diga - que se coloque um exemplo extremo, como o Sr. Secretário aqui há pouco colocou, de dizer "eu gostava de dar 5 contos por pessoa para esse efeito", só para dizer que não é possível fazer-se nada. É sim possível fazer-se, e é necessário também ter-se em conta as justas observações que o Sr. Deputado Manuel Goulart há pouco aqui trouxe e que permitem pôr um maior realismo e rigor em certas contas que são possíveis, porque pode-se aumentar o subsídio, mas se se retira o transporte do aeroporto para o sítio, está-se a mexer também no subsídio, ou está-se a aumentar menos, ou está-se até, em valor absoluto, a diminuir.

Estas questões têm que ser vistas com muita calma - estou de acordo, nesse aspecto, com o Sr. Secretário -, na medida da possibilidade, mas de uma possibilidade real, exactamente pela mesma óptica com que hoje se está a proceder a um estudo para actualização das ajudas de custo na Região Autónoma dos Açores - porque é considerado que as ajudas de custo não são suficientes - tem que se pensar, com o mesmo tipo de raciocínio - base, com o mesmo tipo de preocupações nesta situação dos utentes. Não é aceitável que haja um raciocínio para uma situação e que haja outro tipo de raciocínio para outra situação.

Não queria gastar muito mais tempo. Queria, no entanto, fazer uma referência, embora genérica, a questões que dizem respeito à política de saúde.

O Sr. Secretário, numa intervenção que segui com muita atenção, forneceu dados, forneceu elementos, procurou estabelecer conceitos, procurou fazer ou transmitir doutrina e procurou ajustar essa doutrina à acção dos seus departamentos.

Pois bem, há uma política de saúde nas suas linhas gerais definida: hospitais regionais e centros de saúde. Se nós verificarmos, na prática, vamos ver que os centros de saúde têm regulamento, mas os centros de saúde, como unidade

integrada de cuidados primários de saúde, não estão em funcionamento.

Está-se a caminhar para isso - admito que sim - mas de uma forma fundamentalmente lenta. Penso que já se poderiam ter dado passos mais seguros nesse sentido. Haverá outros problemas que daqui a pouco já tentarei referir-me a eles.

No entanto, eu tenho a ideia - e gostava de o dizer expressamente - que se é legítimo, se é necessário, se é imprescindível haver uma política de saúde, é também necessário, é também perfeitamente legítimo que se coloque uma outra questão: a nossa situação de insularidade, de divisão em ilhas, ilhas com densidade demográfica diferente, ilhas com divisões administrativas que têm raízes históricas antigas - e muitas vezes essas divisões administrativas são empecilhos para determinadas evoluções - nesta situação, havendo um quadro geral, pode ter que haver excepções e o Governo Regional tem que estar aberto à possibilidade e à necessidade de haver excepções. Mais: tem que as fazer de forma aberta; tem que as fazer de forma empenhada! O Governo Regional abre excepções quando não programa um Centro de Saúde para o concelho das Lajes das Flores; abre uma excepção óbvia quando não programa um Centro de Saúde para o Corvo quando, teoricamente, é para todos os concelhos - está a abrir excepções que admito que são justificáveis. A Ilha do Pico com 15 mil habitantes, embora próxima da Ilha do Faial, tem que ter uma estrutura de saúde adequada à situação de ser uma ilha de 15 mil habitantes.

Portanto, tem que haver uma excepção na doutrina básica e geral e tem que ser no quadro desta excepção, desta regra com excepções, que penso que o Governo e a política do Governo têm que se encaminhar: com maleabilidade, com realismo, procurando adaptar às situações concretas desta Região porque é nesta Região que nós estamos.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): E S. Jorge? E Flores?

O Orador: Admito também que sim, mas de uma forma efectivamente progressiva, de uma forma clara, não procurando esconder o que se quer fazer, não decidindo hoje e mudando depois amanhã, não decidindo fazer um hospital pois são Centros de Saúde mas, depois, faz-se um Centro de Saúde com uma dotação que é superior ao que seria normal para um Centro de Saúde e, afinal, não se sabe se é Centro de Saúde ou se é hospital!

Definam-se as excepções, com clareza, dentro do realismo dos meios, mas aproveitem-se os meios o melhor que se possa - e o aproveitamento dos meios é o último tema a que me queria referir.

Eu permito-me citar uma conversa de uma reunião, em que participei com outros Srs. Deputados que aqui estão, com o Sr. Dr. Costa Neves, já em 1985, na Comissão dos Assuntos Sociais. Essa

reunião realizou-se em Angra, e foi para mim extremamente importante porque fiquei a conhecer muito do pensamento (e foi bom para mim conhecer) do Secretário Regional dos Assuntos Sociais sobre questões de saúde, de segurança social, etc..

O Sr. Secretário nessa reunião que se realizou na Direcção Regional de Segurança Social, salvo erro, punha com desassombro, com clareza, determinados problemas que hoje repetiu aqui e que eu queria também sublinhar: os problemas da dualidade de mercados; o problema do comportamento muitas vezes incorrecto de profissionais de saúde; o problema do não aproveitamento, em termos de serviço regional de saúde, dos quadros, dos meios que tem.

Isso é um problema muito sério! É um problema muito sério e gostava, a respeito disso, de fazer uma acusação, se me permitem. A acusação é simples e é a seguinte:

Eu estou de acordo com muitas das coisas que o Sr. Secretário há pouco referiu a esse respeito - perfeitamente de acordo, profundamente de acordo. Só que acuso-o de que, isso que é dito por palavras, não tem em atitudes, não tem em actos, não tem em medidas a sua natural sequência - e é aqui que reside, fundamentalmente, a acusação.

Há muitos aspectos a clarificar para que a evolução que realmente houve - porque estas ilhas, no campo da saúde, estavam extremamente abandonadas, como estavam noutros - e no avanço que efectivamente houve, repito, possa corresponder (o Sr. Secretário deu números interessantes sobre pessoal médico, paramédico, enfermeiros e por aí fora) e que realmente possa haver uma eficácia e uma resultante que seja claramente positiva porque, um serviço de saúde, não pode ser uma soma de números, não pode ser uma soma de índices, de verbas e de cifras. Tem que ser tudo isso, bem gerido, com certeza, mas tem o aspecto humano, tem o aspecto que diz respeito aos cidadãos e à saúde desses cidadãos e que não pode ser descurado!

Deputado Simas Santos (PS): Muito bem!

O Orador: E terminava dizendo que em toda esta programação, no que respeita, por exemplo, a "Apoio a Idosos", sugeriria que, em futuros planos, fosse dada atenção a uma estrutura simples, barata, chamada "Centros de Dia". Sei que há alguns, mas poucos. Penso que deveria ser dada mais atenção a esse tipo de estrutura.

Sugeriria também que fosse feita uma cobertura maior em Postos de Saúde mais capazes, um bocadinho melhores e mais bem equipados do que aquilo que é possível: aos poucos, mas sempre com segurança e sempre pensando no aspecto humano que este sector tem que ter.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS e do CDS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano a Médio Prazo 85-88 deu particular ênfase à promoção do emprego e, se bem que este desiderato só pode ser conseguido com o concurso de diversos departamentos governamentais, à Secretaria Regional do Trabalho cabe igualmente um papel importante nomeadamente pela criação de condições que ajudem os empregadores a aumentarem os postos de trabalho.

Ao entrarmos no último ano de vigência deste Plano podemos já fazer um balanço das medidas tomadas e seus efeitos.

De facto a partir de 1985 o desemprego evidencia uma tendência de decrescimento visível a nível de ambos os sexos. Aqueles que procuram um novo emprego são em número bastante superior àqueles que procuram o primeiro emprego, o que não deixa de ser bastante salutar quando é perfeitamente conhecida a dificuldade, em toda a Europa, do candidato ao primeiro emprego, aliado ao facto de o desemprego de curta duração atingir presentemente 67% do total.

Poder-se-á afirmar que, em termos globais, o desemprego que se regista na Região é fundamentalmente feminino, de curta duração e com ligeira predominância de jovens.

Toda esta situação resulta da interligação de um conjunto de factores que têm constituído a primeira prioridade da Secretaria Regional do Trabalho: a reestruturação dos Centros de Emprego e a renovação da sua imagem, o aumento do número de estagiários de formação profissional e o impacto das medidas de fomento ao emprego levadas a cabo por esta Secretaria Regional.

Sem dúvida que o programa de maior êxito tem sido o Programa Emprego/Formação que visa incentivar as entidades patronais a empregarem jovens candidatos ao primeiro emprego dando-lhes a competente formação profissional. Desde 1984 até ao presente foram abrangidos cerca de 900 jovens em toda a Região dos quais 67% são do sexo feminino.

Do total de jovens perto de 22% foram já admitidos a título definitivo nas empresas o que revela bem a eficácia do Programa.

Também o Programa de Ocupação Temporária de Jovens (POTJ) criada pela primeira vez no corrente ano abrangeu 200 jovens candidatos ao primeiro emprego numa experiência do primeiro contacto com o mundo do trabalho. Muito embora o POTJ esteja ainda a decorrer até final de Novembro há já notícia de que alguns jovens o abandonaram por terem, entretanto, arranjado emprego estável e de que muitos ficarão a trabalhar nos próprios serviços após o termo do Programa conforme menção

já expressa pelas entidades que os enquadraram.

De 1984 a 1986 as colocações efectuadas pelos Centros de Emprego mais que duplicaram o que revela terem vindo a ser atingidos os objectivos de reformulação que atrás referi. Senão vejamos:

Em 1984 foram efectuadas 499 colocações;

Em 1985 " " 859 " ;

Em 1986 " " 1163 " ;

Em 1987 (até Setembro) foram efectuadas 1369 colocações.

Com os valores conhecidos para 1987 é previsível que ao longo do corrente ano se ultrapassem as 1600 colocações. Outro dado importante é que a partir de 1984, a maioria das colocações pertence ao sexo feminino, fruto evidente das medidas que a Secretaria Regional do Trabalho tem vindo a tomar para combater o desemprego feminino.

Outra vertente que importa incentivar é o domínio das iniciativas locais de criação de emprego.

Em Julho de 1982, o Conselho da OCDE adoptou um "Programa de acção e de cooperação relativo às Iniciativas Locais de Criação de Empregos". Tal programa visava a troca de experiências, a avaliação de iniciativas e a prestação de apoio neste domínio.

No âmbito do programa, uma iniciativa local de emprego deve caracterizar-se, fundamentalmente, pela capacidade empresarial, pela inserção em dinâmismos locais tendentes à satisfação de necessidades e, ainda especificamente, pelo objectivo de criação de emprego. A capacidade empresarial deve traduzir-se na viabilidade económica e social dos organismos de Iniciativas Locais de Emprego, não sendo defensável o fomento de actividades incapazes de assegurarem as remunerações e outras condições previstas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

Na Região possuímos já um suporte jurídico para apoiarmos esse tipo de iniciativas. Efectivamente foi aprovado um diploma nesta Câmara prevenindo o aparecimento de Iniciativas Locais e Regionais de Emprego.

O Governo Regional através da Secretaria Regional do Trabalho está interessado em apoiar todas as iniciativas que surjam nesse âmbito. Dado o seu cunho local têm sido feitas acções de publicitação junto de todas as Câmaras Municipais da Região. Neste momento existem processos de intenção no sentido de se criar várias Iniciativas Locais de Emprego, nomeadamente em S. Miguel e em Santa Maria. Em fase de ultimção a Divisão de Promoção de Emprego da Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional tem entre mãos três projectos que originarão a criação de 27 empregos permanentes: um no sector do artesanato, outro no dos serviços e ainda outro na actividade da panificação casei-

ra.

Temos consciência que a seguir a este arranque surgirão mais iniciativas do género que constituirão uma nova resposta para o problema do desemprego. Com as Iniciativas Locais de Emprego não se pretende resolver o problema do desemprego na sua globalidade. Será sim um contributo e uma verdadeira congregação de esforços locais com vista à sua debelação.

No que se refere à formação profissional importa salientar que de 1985 para 1986 o total de estagiários aumentou cerca de 80% o que corresponde a um idêntico aumento das áreas formativas no Centro de Formação Profissional dos Açores.

Esta estrutura tem sido objecto de uma cuidada atenção quer quanto às condições de instalações quer quanto à qualidade do ensino ali ministrado bem como com o alargamento das áreas formativas a oferecer à população predominantemente jovem.

Na verdade, a conjugação destes factores levou a que o nome do Centro de Formação Profissional dos Açores ultrapassasse já as fronteiras e, pela primeira vez, abriu as suas portas para receber dois estagiários estrangeiros (de Valência) a pedido do Governo daquela Região Espanhola, em consequência do conhecimento que tinha da qualidade daquele Centro. E, sem dúvida, o coroar dos esforços que a Secretaria Regional do Trabalho tem vindo a fazer ao longo dos anos em matéria de formação profissional.

Também o acesso ao Fundo Social Europeu que os Açores passaram a ter, decorrente da integração europeia, veio permitir ensaiar novas modalidades de formação atribuindo a organismos e entidades várias um papel importante na valorização dos recursos humanos da Região.

Para 1987 foram apresentados 23 dossiers, conforme já tive oportunidade de referir aqui nesta Câmara há cerca de 1 ano. Desses foram aprovados 20 sendo 13 para jovens e 7 para adultos, envolvendo respectivamente 1605 e 244 num total de 1849 pessoas. O valor global destes projectos orça os 664 mil contos dos quais 372 mil constituem encargo do Fundo Social Europeu.

Para 1988, e muito embora não seja ainda conhecida a decisão final do Fundo Social Europeu, posso informar que a Região apresentou 79 projectos dos quais 46 são para jovens e 33 para adultos. Estes projectos envolvem um total de 5339 pessoas das quais 2 899 são jovens.

O valor global das acções orça os 2 milhões e 200 mil contos dos quais 1 milhão e 100 mil constitui encargo do Fundo Social Europeu.

Como facilmente se deduz houve um acentuado crescimento dos dossiers apresentados, o que vem demonstrar uma maior sensibilização das entidades promotoras para a valorização dos recursos humanos.

A formação profissional ministrada nos próprios

locais de trabalho, que até agora tem vindo a ser concretizada por via do Programa Emprego/-Formação já referido e por alguns projectos no âmbito do Fundo Social Europeu, ganhará uma nova dimensão a partir do próximo ano com a participação dos Açores no Programa "Tour d'Europe des Jeunes".

Com efeito, a Região Autónoma dos Açores integra o grupo de trabalho que coordena a nível de Conselho das Regiões da Europa e, neste momento, estamos a preparar a participação de jovens açorianos em estágios práticos em empresas de diversos países europeus.

Aproveito a oportunidade para responder ao Sr. Deputado Hélio Pombo sobre uma questão referente ao INATEL. De facto existe um projecto de protocolo entre a Secretaria Regional do Trabalho e a Direcção do INATEL e, após diversas reuniões que tive com a Direcção deste mesmo organismo, poderei informar que no 2º semestre de 1988 se prevê a construção de um Centro de Férias nos Açores e a construção de duas instalações desportivas também na Região Autónoma dos Açores.

No campo de acção da Direcção Regional do Trabalho salienta-se o acompanhamento dos processos de negociação colectiva, em muitos casos através de uma acção mediadora e conciliatória que permitiu ou facilitou a conclusão de diversas negociações a par da realização de diversas iniciativas junto dos parceiros sociais, com vista à negociação de convenções colectivas de trabalho para alguns sectores em que isso pode ser feito. Foram, igualmente elaborados diversos projectos de diplomas regionais, no domínio laboral, alguns dos quais já foram submetidos à apreciação dos parceiros sociais.

No próximo ano de 1988, para além de prosseguir e desenvolver as medidas e acções já encetadas procurar-se-á promover e apoiar a negociação de novas convenções colectivas de trabalho, por forma a que se consiga, por um lado, abranger actividades que, na Região se encontram a descoberto de qualquer regulamentação colectiva de trabalho, e, por outro lado, eliminar progressivamente a aplicação aos Açores de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho negociados com a intervenção dos parceiros sociais locais, nos casos em que tal se revelar possível sem prejuízo dos trabalhadores.

Proceder-se-á à elaboração de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho para os trabalhadores rurais bem como a reformulação do regime de registo dos contratos de trabalho a prazo.

Será institucionalizado um serviço regional de conciliação e arbitragem do trabalho, de composição tripartida, com o objectivo de resolver os conflitos individuais de trabalho pela via de conciliação e arbitragem voluntárias bem

como se colaborará na definição e institucionalização de um organismo de composição tripartida que desempenhe na Região as funções do Conselho Permanente de Concertação Social, enriquecendo, no entanto, as suas atribuições.

A Secretaria Regional do Trabalho pretende diligenciar a adaptação à Região de alguma legislação do trabalho, tornando-a mais consentânea com as realidades regionais, designadamente o regime jurídico das relações colectivas de trabalho e a revisão do diploma regional que aplicou aos Açores o regime jurídico do trabalho suplementar por forma a flexibilizar o respectivo regime.

A Região participará activamente no processo de revisão da legislação laboral, que se prevê para breve, por forma a acautelar que a mesma tenha em conta a realidade sócio-económica regional, salvaguardando sempre os direitos fundamentais dos trabalhadores.

No quadro das suas atribuições legais, a Inspecção Regional do Trabalho vem desenvolvendo uma acção predominantemente externa, por se entender que esta é a via correcta e eficaz, não só para assegurar o cumprimento das normas laborais, mas também para prevenir a eclosão de conflitos que, de algum modo, têm contribuído para o clima de pacificação social que se tem vivido na Região. A atestar o que se afirma refere-se que nos primeiros dez meses do corrente ano, foram desencadeadas 6.277 visitas inspectivas, ou seja, mais 401 comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o que significa um acréscimo na ordem dos 7%.

Como corolário da acção predominantemente pedagógica da I.R.T., foram levantados 472 autos de advertência, na sua grande maioria mandados arquivar, por cumprimento atempado por parte das entidades infractoras.

A favor dos trabalhadores foram apurados perto de 16 mil contos, enquanto que para a Segurança Social e Fundo de Desemprego a I.R.T. apurou 7 330 e 597 contos respectivamente.

Em matéria de inovação no modelo inspectivo é justo fazer referências às acções globais. Este tipo de acções inspectivas é desencadeado por actividades, abrange globalmente a Região e visa fundamentalmente um melhor conhecimento da situação laboral no sector económico, permitindo, por via disso, a correcção de assimetrias e um mais ajustado e eficaz planeamento das acções inspectivas futuras. Neste quadro foram levadas a cabo acções no âmbito de diversos sectores.

Tem merecido ainda particular atenção o trabalho infantil e o trabalho suplementar.

Assim foram levantados no decurso do ano corrente 22 autos por infracção à legislação sobre menores e 19 por prestação irregular de

trabalho suplementar. Em complemento dir-se-á que o trabalho de menores se centra fundamentalmente nos sectores de construção civil e panificação e, mesmo aí, num número reduzido de empresas. Não assumindo na Região foros de chaga social, julga-se, porém, que a legislação recentemente aprovada irá permitir uma resposta mais adequada ao seu combate.

Para o próximo ano pretende-se incentivar as acções globais, mormente em sectores económicos e profissionais de relevante importância bem como ter uma especial atenção em matéria de higiene, segurança e medicina no trabalho, através de acções visando fundamentalmente a sensibilização e esclarecimento das entidades empregadoras para esta questão de vital relevância social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Secretario Regional do Trabalho continuará assim a apostar no campo da formação profissional como forma de fortalecer uma maior qualificação aos jovens no sentido de um melhor e mais fácil acesso ao mercado de emprego e, para os que já se encontram empregados, colocar a formação como factor gerador de maior produtividade, possibilitando às empresas uma redução no custo da mão-de-obra e um incentivo à criação de novos postos de trabalho.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Escutei a intervenção do Sr. Secretário Regional do trabalho e das suas palavras, de certo modo, senti eco das mesmíssimas palavras proferidas por outros titulares da Secretaria Regional do Trabalho ao longo destes quase 12 anos.

Não duvido da boa intenção das suas palavras, como também não duvidei na altura da intervenção de, pelo menos, três Secretários Regionais do Trabalho que o antecederam, só que a similitude entre as palavras e a realidade das situações continuam na minha óptica, a ser extremamente distanciadas.

O Sr. Secretário Regional fez uma referência à intenção da reestruturação dos Centros de Emprego. Gostaria de lhe perguntar que medidas e que acções é que a Secretaria Regional do Trabalho tem já agendadas para efeitos dessa reestruturação. Eu próprio acho - e estou de acordo consigo - que é uma necessidade imperiosa, mas gostaria de saber que reestruturações são essas, uma vez que o Sr. Secretário foi obviamente vago nesta sua declaração.

Por outro lado, em relação aos números apresentados em função de colocações através dos Centros

de Emprego - eu não os registei todos, mas registei aqui 459 em 1986; 1360 até Setembro de 1987 - eu desejaria perguntar ao Sr. Secretário Regional do Trabalho se essas colocações se efectuaram em termos de emprego permanente, ou se também em termos de contratação a prazo, normalmente e muitas vezes influenciadas pelos aspectos sazonais da economia, porque isso é um aspecto importante, isto é, saber se o Governo conseguiu, através dos Centros de Emprego, a colocação de um volume significativo de trabalhadores e se esses postos de trabalho são, para esses trabalhadores, uma garantia de continuidade no futuro, ou se foram, simplesmente, uma mera contabilização estatística - que eu sei e ainda me lembro como se fazem nos Centros de Emprego, em que se dá, digamos, uma aparência que, depois, no fundo, não corresponde à verdade.

Gostaria também de saber em que actividades económicas é que essas colocações fundamentalmente aconteceram e, neste campo, o factor do emprego das mulheres.

A questão da "higiene e segurança no trabalho" é aquela, Sr. Secretário, que ao longo de quase 12 anos tenho ouvido os titulares da Secretaria Regional anunciarem as melhores intenções, mas julgo que a situação presente continua quase como há 12 anos atrás, quando o Sr. Dr. Mota Amaral presidiu ao I Governo Regional dos Açores.

Presidente: Se há mais pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional do Trabalho, agradeçia que se inscrevessem.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Trabalho:

É apenas para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Secretário Regional do Trabalho, na sua intervenção, afirmou que viriam estagiários - salvo erro de Valência - para frequentar um curso de hotelaria no Centro de Formação Profissional dos Açores.

A pergunta é a seguinte:

- Está ou não previsto o intercâmbio entre trabalhadores estagiários dos Açores com países europeus? Seria certamente uma experiência interessante para os trabalhadores que frequentassem cursos de Formação Profissional.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt:

Eu referi, de facto, na minha intervenção que, desde 1984, quando assumi a Secretaria Regional do Trabalho, tinha sido intenção a reestruturação dos Centros de Emprego.

Eu direi que considero este objectivo conseguido. E explicarei porquê: a intenção fundamental dos Centros de Emprego é a colocação dos desempregados.

Se tivermos em linha de conta que o número de colocações, em 4 anos, ou seja, de 1984 em que foram 499, para 1987 (e referindo-se somente até ao mês de Setembro) em que se conseguiram 1360, penso que este objectivo está perfeitamente atingido.

Mas dir-lhe-ei mais: se atendermos a que o desemprego verificado nos Açores é predominantemente feminino e se atendermos ao número de colocações efectuadas por sexos, verificamos que, em 1984, foram colocados 475 homens e 231 mulheres; em 85, 393 homens e 529 mulheres; em 86, 698 homens e 735 mulheres, e até Setembro de 87, 755 homens e 1047 mulheres, o que significa que todos os programas de apoio que temos vindo a implementar na Região têm surtido o seu efeito.

Houve uma transferência nas colocações com predominância para o sexo feminino. O objectivo foi atingido. Os Centros de Emprego continuam a cumprir a sua tarefa.

Pergunta-me o Sr. Deputado se as colocações feitas pelos Centros de Emprego foram permanentes ou a prazo. O Sr. Deputado sabe bastante bem que, quando o empresário se dirige ao Centro de Emprego e faz uma colocação, não refere se vai contratar a prazo ou por tempo indeterminado.

É evidente - e eu tenho a sinceridade e a honestidade de lhe dizer - que acredito que boa percentagem será a prazo. De qualquer maneira, penso que é uma vantagem muito grande para a Região Autónoma dos Açores o facto da caracterização do desemprego ter como componente bastante importante o desemprego de curta duração.

Este aspecto, por si só, é demonstrativo de que os desempregados não estão inscritos no Centro de Emprego (a grande maioria é evidente) por período superior a um ano.

Quanto ao Sr. Deputado José Carlos Simas, de facto estão previstas colocações de estagiários da Região Autónoma dos Açores e decorrem já negociações bastante avançadas para 3 países europeus - Espanha, França e Suíça - dependendo das áreas fundamentalmente das necessidades que a Região mais demonstra das diversas áreas de Formação Profissional, nomeadamente o campo da Suíça, na área da hotelaria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para um novo pedido de esclarecimento.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): É muito rápido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para clarificar - e é esta a minha única

intenção - e tentar dissimular uma situação que, apresentada dessas formas, pode parecer que os problemas foram resolvidos quando, se calhar, só foram resolvidos pontualmente e por um curto espaço de tempo. Isto é: uma coisa é o Governo dizer que, desde 84 a 87, os Centros de Emprego procederam a não sei quantas colocações, e poder-se-ia ficar com a ideia de que, neste momento, toda essa gente está a trabalhar.

Não é verdade, ou melhor, pode não ser verdade, na medida em que muitas dessas pessoas, hoje, podem estar desempregadas - no aspecto que o Sr. Secretário admitiu de que a maioria são contratos a prazo de curta dimensão para além de não haver, depois, o posterior registo para efeitos de subsídio de desemprego.

O Sr. Secretário sabe tão bem ou melhor do que eu que nem todos os desempregados com contrato a prazo reúnem condições para poderem ser abrangidos pelo subsídio de desemprego: precisam ter determinado número de descontos, enfim, a chamada "jóia" na Segurança Social.

Finalmente, o Sr. Secretário, não me respondeu a uma questão que me parecia importante: este volume de colocações em que sectores económicos fundamentalmente incidiram e se são sazonais ou não.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt:

Eu penso que há um aspecto em que estamos de acordo: se em 1984 foram feitas 499 colocações e em 1987 (até Setembro) foram feitas 1360, partindo do princípio - que não é verdadeiro - mas partindo desse princípio de que todas as colocações foram a prazo, eu penso que há uma grande melhoria. Mesmo que tenham sido todas a prazo, o que é evidente que não corresponde à realidade, de qualquer maneira há uma melhoria bastante significativa.

Ora, isto está perfeitamente integrado no objecto que eu referi: de reestruturar e dar nova imagem aos Centros de Emprego da Região.

Quanto à questão que me põe de quais os sectores de actividade em que estes trabalhadores foram colocados, eu não disponho actualmente dos números, mas dir-lhe-ei, em termos aproximados, que há grande predominância do sector da construção civil, dos serviços e do comércio - fundamentalmente nestas três áreas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Queríamos só colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional do Trabalho relacionada com o seguinte:

A Secretaria Regional do Trabalho - como é do conhecimento geral - em termos de Plano tem, de facto, uma intervenção mínima e geralmente circunscrita ao Centro de Formação Profissional dos Açores, que é o seu programa típico.

De resto, fica-lhe sobretudo uma área de actuação - e essa é sim já significativa - e que corresponde ao Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego.

O Sr. Secretário tem tido o cuidado de, nas suas exposições, fazer referência, algo pormenorizada, a aspectos relacionados com esse Gabinete. Pela nossa parte queríamos fazer ressaltar que a verba envolvida (neste caso inscrita) para o próximo ano é de praticamente um milhão de contos e, por conseguinte, o nosso entendimento é que, relativamente às acções executadas, impugna-se uma informação pormenorizada a esta Assembleia, por escrito, por forma a que o tratamento fosse mais rigoroso e não apenas o acompanhamento das exposições orais do Sr. Secretário.

E aqui, à semelhança de pedidos já feitos noutros debates, solicitávamos que o Governo, através da Secretaria Regional do Trabalho, fizesse entrega na Assembleia, o mais rapidamente possível, do "Relatório de Execução" - se assim se pode chamar - referente às acções do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego, com toda a desagregação possível.

Relativamente ao programado, e dentro da mesma linha de raciocínio, o nosso entendimento é de que a matéria também deveria ser objecto da desagregação e do desenvolvimento possível, e quando refiro o possível é no sentido de que algumas destas acções, como é referido, visam o combate a situações pontuais de desemprego e talvez admito que não seja fácil e decorre de iniciativas locais. Só que, dado o montante da verba, o nosso entendimento é de que deveria haver um esforço no sentido de prever essas situações, porque isso vem-se repetindo ano após ano, e estou certo que a Secretaria Regional já disporá de elementos capazes de, nesse domínio, dar uma informação mais desenvolvida à Assembleia Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Recordo-me perfeitamente de, na discussão do Plano para 1987, o Sr. Deputado ter-me feito uma pergunta que se prendia sensivelmente com o mesmo ponto que focou agora.

No Plano para 1987 não estava referida a verba orçamentada para o Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego, este ano ela aqui está, e provavelmente terá verificado que, a páginas 79 do programa, vem bastante especificada a origem dos fundos que permitem prosseguir a política de emprego da Região e qual a fonte de financiamento - vem tudo referido na página 80.

Quanto às verbas do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego, não há qualquer problema de que possam ser distribuídas aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Na matéria que agora está em apreciação, há um documento oficial do Governo, relativamente ao sector do trabalho, no qual se diz, por exemplo, que o Governo tem por objectivo genérico "a redução do desemprego e do subemprego, intensificando a criação de postos de trabalho, melhorando as estruturas de emprego e promovendo a Formação Profissional, a diversos níveis, dos trabalhadores, empregados e gestores.

No entanto, e uma vez mais, chamo a atenção para o caso concreto da Formação Profissional: o Governo Regional, na dotação global do Orçamento, atribuiu 0,80% para a Formação Profissional.

O Plano para 1988, no que se refere à Secretário Regional do Trabalho, fica-se também, em nossa opinião, por algumas declarações de princípio. Nele se diz que o programa de ocupação temporária de jovens "visa criar nos jovens candidatos ao primeiro emprego uma experiência profissional que lhes permita uma melhor e mais fácil integração no mundo do trabalho" - estou de acordo com o que acabei de citar.

Mas nada se diz, porque talvez não convém, dos muitos e muitos jovens que ao abrigo deste programa passaram o período de Verão a trabalhar, privando-se, assim, das merecidas férias, e que hoje ainda estão à espera de receber a gratificação financeira a que têm direito.

No mesmo documento, ou seja, o Plano para 1988, o Governo diz que o programa Emprego/Formação "visa compensar os empresários que aceitem contratar jovens candidatos ao primeiro emprego aos quais garantam a necessária Formação Profissional" - estou também de acordo com o que acabei de citar.

No entanto, conheço casos de empresários que, tendo recorrido a este programa admitindo jovens candidatos ao primeiro emprego, esperam meses e meses para serem reembolsados da parte financeira destinada às remunerações que cabe

ao Governo. E tenho constatado, da parte de variados empresários, um cepticismo relativamente à sua predisposição, em termos de futuro, porque se receberam bem um programa que, de certo modo, lhes facilitava a vida, acabam depois, na prática, por ter que pagar mensalmente, na íntegra, o salário e levam meses e meses - repito - meses e meses para serem reembolsados por parte do Governo.

Mas há outros aspectos que importa abordar porque aí se colocam também questões de fundo.

Ouvi há poucos momentos o Sr. Secretário Regional do Trabalho fazer referência ao aspecto da higiene e segurança no trabalho, mas fez-lo de uma forma, em meu entender, muito superficial.

Como estamos nos Açores relativamente a condições de trabalho no que respeita, por exemplo, aos problemas da higiene e segurança no trabalho?

Apesar da insuficiência de dados oficiais nos Açores sobre sinistralidade laboral e sobre os respectivos custos sociais, uma análise atenta dos elementos disponíveis e o conhecimento de condições efectivas de higiene e segurança nos locais de trabalho, na grande maioria das empresas permitem caracterizar a actual situação como altamente lesiva dos interesses sociais e materiais importantes, sendo determinante, em especial, os referentes à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

Em nosso entender, as acções que visem a diminuição de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, devem ter por objectivo fundamental a protecção, na prática, da vida, da saúde, da integridade física e psíquica dos trabalhadores, através de uma acção preventiva que actue, na prática, preferencialmente, sobre os riscos profissionais, procurando a sua eliminação ou significativa redução.

Isto implica uma reforma urgente e profunda da acção, até agora, exercida pelos respectivos serviços governamentais da Região no domínio da higiene e segurança no trabalho, a qual só se poderá efectuar com êxito com uma vontade política forte e determinada e uma abordagem técnica adequada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo tem tido uma acção no campo da Formação Profissional. Eu compreendo que nem tudo será possível assegurar no período pós-Formação Profissional, mas conheço a situação de vários estagiários que, após terem terminado os respectivos cursos de formação profissional, se encontram desempregados.

É preocupante que, ao fim de quase 12 anos de regime autonómico dos Açores, não tenha ainda sido definida uma política global de Formação

Profissional que promova a coordenação de esforços e a possível concertação de vontades entre o Governo, as organizações sindicais e as organizações patronais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não nos iludamos: muitos e muitos jovens nos Açores vivem numa profunda crise de insegurança, face às dificuldades em obter o primeiro emprego, primeiro passo para um futuro na vida!

Quantos desses jovens questionam hoje com angústia sobre o que lhes poderá estar reservado no futuro?!

Impõe-se dar uma resposta concreta, positiva, às novas gerações, que reclamam da democracia e da nossa Autonomia Regional, não propriamente uma palavra de esperança, mas uma obra!

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Embora o desemprego na Região não assuma níveis preocupantes, considera-se como prioritário a implementação de medidas que visem criar condições para o surgimento de novos postos de trabalho.

Assim, torna-se necessário desenvolver acções de formação profissional, visando a valorização dos recursos humanos, tendo em vista a adequada integração destes no mercado do trabalho.

O que acabo de afirmar é extremamente importante, uma vez que tem fortes implicações sociais e até culturais.

O desenvolvimento de qualquer Região passa, necessariamente, pelos recursos humanos que possui.

É um facto que o ensino oficial não responde inteiramente às necessidades actuais e ainda alguns jovens se ficam apenas pela escolaridade obrigatória.

Por outro lado, o ensino Técnico-Profissional, embora já relançado na Região, abarca ainda poucas áreas, o que dificulta a adaptação dos jovens no mercado do trabalho, uma vez que não possuem formação especializada.

Pelas razões atrás expostas, tornou-se indispensável a criação do Centro de Formação Profissional dos Açores, que tem vindo, há alguns anos a esta parte, a prestar um excelente trabalho à Região.

Os cursos ali ministrados visam preparar mão-de-obra qualificada, apta a entrar no mercado de trabalho, mas as acções do Centro de Formação Profissional dos Açores, não se confinam apenas nas técnicas das várias profissões, vão mais

longe, indo de encontro, até, a outras necessidades dos trabalhadores, nomeadamente no âmbito cultural.

Mas a valorização dos recursos humanos da Região não se tem limitado apenas à produção de mão-de-obra mais ou menos qualificada para o emprego. Tem-se vindo a dar preparação à mão-de-obra feminina, com vista a desenvolver uma actividade económica de complementaridade, realizando tarefas marcadamente artesanais, conseguindo-se, assim, descongestionar a procura de empregos nos grandes centros, possibilitando a essas pessoas desenvolverem tarefas remuneradas nas suas próprias casas ou pelo menos sem rigidez de horários.

Por outro lado, particular atenção tem sido dada àqueles profissionais que não tiveram oportunidade de, em devido tempo, terem tido preparação conveniente e aos que necessitam actualização de conhecimentos.

Acções deste género foram ministradas com bons resultados, nas áreas de Secretariado, Direito do Trabalho, Relações Públicas e Humanas, Contabilidade, e, recentemente, Programadores e Operadores de Informática, entre outras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Tenho consciência do muito que foi realizado neste sector pelo Governo Social Democrata.

Porém, e à medida que se evolui, vão-se criando novas exigências, a que temos de dar uma resposta atempada.

A sociedade açoriana, em geral, e os trabalhadores, em particular, interrogam-se quanto a alguns novos problemas, que passarei a enunciar:

1º - A insuficiente protecção no desemprego, na reforma e na doença. E, neste último caso, agravado com a publicação no Diário da República nº 137, I Série, do Decreto Regulamentar nº 36/87, o qual determina, por exemplo, que os trabalhadores em geral, quando doentes, serão extremamente sacrificados porque o anterior diploma determinava o seguinte:

"Um trabalhador que tivesse doente ou incapacitado por um acidente de trabalho em Abril, se em Junho estivesse doente novamente, desde que nesse período (Abril a Junho) entrasse com 8 dias de contribuição para a Segurança Social, tinha direito novamente ao subsídio de doença".

Hoje, com este Decreto Regulamentar, isto é impossível: para se ter direito ao subsídio de doença é necessário que antes do início da incapacidade haja um registo de remunerações correspondente a 15 dias de trabalho efectivamente prestado no decurso dos 3º e 4º meses.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Isso não foi deliberado pelo Governo PSD?!

O Orador: 2º - Carências nas condições ambientais de trabalho;

3º - Uma certa ineficácia no sistema de Justiça Laboral;

4º - Crescente insegurança quanto ao futuro, por ausência de alternativas de emprego, particularmente, para os jovens e mulheres;

5º - A existêntica de um número significativo de trabalhadores auferindo salários abaixo do nível mínimo, atingindo em particular os jovens, as mulheres e os trabalhadores com menores níveis de qualificação.

6º - A precaridade dos vínculos laborais evidenciada pela subida significativa do número de contratos a prazo, originando baixos salários e instabilidade no emprego, assumindo uma nova forma de desigualdade perante o trabalho.

Aquelas são algumas preocupações que invadem o meu espírito, assim como, uma parte significativa de trabalhadores da Região.

Tenho perfeita consciência de que, estes casos, não poderão ser resolvidos com um simples golpe de magia.

Por isso, recuso o maximalismo e a demagogia. Mas recuso, de igual modo, o conformismo e a impotência gerada pelo derrotismo crónico.

Acredito que é possível resolver estes problemas, ou pelo menos minimizá-los, no quadro da resolução global dos problemas que afectam a Região.

É um autêntico desafio que se nos apresenta. Um passo importante foi dado com o anúncio, por parte do Governo Regional, da elaboração de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional a criar o Conselho de Concertação Social.

A resposta a estes desafios implica o empenho de todos os Açorianos: Governantes, Deputados, Autarcas, Sindicalistas, Empresários, Técnicos, Professores, em suma, de toda a população activa.

Só com coesão social, com a convergência de vontades e capacidades, seremos capazes de vencer esses desafios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Confio inteiramente na capacidade de resolução destas preocupações por parte do Executivo Regional, o qual pode contar desde já com o meu inteiro e empenhado apoio.

Continuar, acelerar, combater e diversificar acções tendentes a debelar dificuldades; melhorar conhecimentos e condições de vida de toda a população Açoriana, é o caminho mais correcto e que vale a pena continuar a trilhar.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Simas Raposo referiu (e bem) a questão da alteração à regulamentação do subsf-

dio de doença.

Através de várias estruturas sócio-profissionais do PSD e através de Deputados também da bancada do Partido Social Democrata (e a verdade é para se dizer) este problema tem chegado ao Governo que, aliás, já tinha tomado conhecimento do diploma que foi publicado.

Nós entendemos que esse diploma traz, na sua aplicação, algumas aberrações e vamos tentar afastá-las na aplicação que vamos fazer na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Para podermos programar os nossos trabalhos, eu perguntava ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, que está inscrito a seguir, de quanto tempo precisa para fazer a sua intervenção.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, consultando o meu relógio - se é que está certo - não tenho tempo até às 20,00 horas para fazer a minha intervenção.

Presidente: Já agora gostava de saber de quanto tempo precisa, se fosse possível.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Preciso de, pelo menos, uma meia hora ou 25 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, assim sendo, vamos encerrar os nossos trabalhos. Continuaremos amanhã à hora regimental (15,00 horas) e começaremos os nossos trabalhos com o Sector do Equipamento Social.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até amanhã!

(Eram 19,50 horas)

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Álvaro Monjardino, Cinelândia Sousa, Natalino Viveiros).

A Redactora de 1ª classe: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.